



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
EVENTO: Audiência Pública / Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1239/14	DATA: 26/11/2014	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 09h39min	TÉRMINO: 13h14min	PÁGINAS: 81

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TEREZA CAMPELLO - Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

SUMÁRIO

**Esclarecimentos acerca do aumento no número de miseráveis no Brasil.
Apreciação de matérias constantes da pauta.**

OBSERVAÇÕES

**Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Bom dia a todos! Declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 200, de 2014, de iniciativa do Deputado Mendonça Filho, com o objetivo de convidar a Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sra. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, para prestar esclarecimentos sobre o aumento do número de miseráveis no Brasil.

A Ministra já se encontra à mesa para dar início à exposição. Mas antes eu desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. A convidada deverá limitar-se ao tema em debate, dispondo, para tanto, do prazo regimental de 40 minutos — prorrogável por mais 20 minutos, por deliberação deste Plenário — para suas preleções, apenas cabendo apartes durante a prorrogação.

Finalizada a exposição, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar a Ministra deverão inscrever-se previamente, podendo fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos e seguindo a ordem de inscrição, dispondo a Ministra do mesmo tempo para resposta.

Serão permitidas réplicas e trélicas de qualquer Deputado participante que seja citado durante os debates, bem como da Sra. Ministra, também pelo prazo de 3 minutos.

Em se tratando de Comunicação de Liderança, esta Presidência seguirá os termos do art. 89 do Regimento Interno, concedendo o tempo proporcional ao tamanho das bancadas.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria na própria Comissão de Agricultura, convocando a Sra. Ministra para falar sobre o mesmo tema. Eu gostaria de saber se a Ministra está de acordo em que eu possa invocar as mesmas prerrogativas que teria como autor do requerimento e fazer as mesmas perguntas, já que também estou na posição de Líder do partido nesta Comissão. Com isso, eu consideraria atendido o requerimento que está na Comissão de Agricultura.



A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Com certeza. É um prazer e uma oportunidade para nós também.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Muito obrigado. Sendo assim, quero dizer à minha assessoria que retirarei o requerimento que está na Comissão de Agricultura. Desde já agradeço.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Deputada Nilda Gondim, aproveitando a gentileza do Deputado Ronaldo Caiado, nós vamos também sugerir que esta reunião seja considerada uma audiência conjunta com a Comissão de Seguridade Social, já que tínhamos feito um convite à Ministra para fazer a mesma apresentação. E desde já convidamos todos os Parlamentares da Comissão de Seguridade Social a vir para cá.

A SRA. DEPUTADA NILDA GONDIM - Nada mais justo do que fazermos isso, Deputado Amauri Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Para dar início à exposição, passo a palavra à Sra. Ministra Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, filha de pernambucano, como eu soube agora, e Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes, assessoria, imprensa!

Eu queria agradecer a oportunidade. Na verdade, este é um tema que acabou sendo bastante contaminado pelo período eleitoral. Portanto, para nós é uma grande oportunidade esclarecer dúvidas e aprofundar o debate e o entendimento possível sobre o tema.

Pelo que eu consegui percebi inclusive da solicitação do Deputado Ronaldo Caiado e de outras Comissões, minha ideia é tratar diretamente das duas questões que vinham sendo levantadas e responder aos questionamentos sobre a evolução da extrema pobreza e da pobreza no Brasil, inclusive a pobreza rural, e sobre a publicitação dos dados pelo Governo.

Quero também aproveitar a oportunidade para mostrar rapidamente o comportamento da extrema pobreza, considerando o conjunto das ações do Plano Brasil sem Miséria.



A minha ideia é trabalhar dentro do prazo de meia hora, para que eu possa ter a oportunidade de esclarecer eventuais dúvidas dos Srs. Parlamentares.

A primeira grande questão a colocar é com relação à publicização dos dados. Os dados sobre o conjunto das ações envolvendo pobreza, independentemente de qualquer critério, foram disponibilizados pelo Governo no dia 18 de setembro. Qualquer economista, qualquer especialista, qualquer estatístico, qualquer entendido em dados poderia não só consultar, mas fazer um *download* da página do IBGE, seja qual for a linha de pobreza que estiver sendo tratada. Então os dados foram publicizados antes mesmo do primeiro turno — eu sei disso porque foi uma questão bastante tratada e debatida. Portanto todos os dados tornados públicos a partir do dia 18 de setembro.

Vários institutos e instituições lidaram com esses dados e trataram desses dados publicamente. Inclusive a própria imprensa divulgou dados sobre pobreza e extrema pobreza, independentemente do período eleitoral.

Então a primeira grande questão com relação à publicização dos dados, que são os microdados do IBGE, é que eles foram tornados públicos no dia 18 de setembro. Os senhores sabem que não é o IBGE que publica o recorte de pobreza, que não é ele que diz quem é extremamente pobre, qual o número ou a quantidade dos extremamente pobres. Ele trata de alguns critérios mais históricos, como o recorte de salário mínimo. Mas quanto aos microdados, que viabilizam a qualquer instituição fazer o cálculo de pobreza ou de extrema pobreza, eles foram tornados públicos desde o dia 18 de setembro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Outra coisa que eu gostaria de esclarecer é a seguinte: nós temos no Brasil, por tradição, dezenas de linhas de pobreza e de extrema pobreza. Rigorosamente, qualquer pesquisador de universidade e qualquer instituição ou instituto já reconhecido, como o IPEA, têm as suas linhas de pobreza e de extrema pobreza.

Eu listei cinco linhas das instituições mais conhecidas: IPEADATA, CEPAL, Banco Mundial, IETS, que é responsável por uma das publicações divulgadas no período eleitoral, e SAGI. Todas elas têm sua linha de pobreza de acordo com quê? De acordo com o interesse do pesquisador que estiver fazendo o acompanhamento. Muitas vezes ele está querendo acompanhar a questão nutricional, então estabelece



a cesta de alimentos de uma determinada região. Então são critérios diferenciados. A Profa. Sonia Rocha, por exemplo, tem mais de 20 linhas de extrema pobreza, porque ela tem interesse em acompanhar o desempenho da pobreza e da extrema pobreza do ponto de vista regional.

Então o Governo estabeleceu a sua linha de pobreza e de extrema pobreza quando lançou o Plano Brasil sem Miséria.

É preciso observar que obviamente, dependendo do critério que se estabeleça, a linha vai ser maior ou menor e, portanto, a quantidade de pobres e de extremamente pobres também vai ser maior ou menor. Mas o interessante é que todas elas convergem para o mesmo ponto, ou seja, todas mostram que, independentemente da altura da régua, a pobreza e a extrema pobreza no Brasil têm tido uma queda sistemática e permanente e um patamar estabilizado ao longo do período de 1994 a 2003.

Eu vou tratar com os senhores da linha de extrema pobreza estabelecida pela medida provisória e pelo Decreto nº 7.492, de 2011, que criou o Plano Brasil sem Miséria. Da mesma forma como a linha de extrema pobreza foi estabelecida pelo decreto, eu aqui coloquei também a linha de pobreza. Os senhores podem observar que nós conseguimos enxergar a tendência tanto da pobreza quanto da extrema pobreza. Mas existe uma flutuação independente de qualquer recorte que se faça. Por exemplo, os senhores podem ver que a quantidade de pessoas que têm refrigeradores ou que têm automóveis também varia. Então, pegando números absolutos, às vezes varia muito. É como se as pessoas tivessem perdido os automóveis de um ano para o outro, coisa que não aconteceu.

Os senhores se lembram de que, no ano passado, nós tivemos uma importante flutuação em um índice bastante conhecido, que é a taxa de analfabetismo, no Brasil. A taxa de analfabetismo no Brasil teria crescido em 1 ano. Como se isso fosse possível, as pessoas teriam deixado de aprender a ler e a escrever, ou teria ingressado no País um grande número de analfabetos, modificando a taxa de analfabetismo. Então, existe uma flutuação normal.

A primeira questão é essa: não houve. Em nenhuma situação, o Governo escondeu os números. O IBGE publicou esses números.



Segunda questão: eu gostaria de defender que a pobreza e a extrema pobreza continuam numa trajetória de queda sistemática consistente.

Eu queria levantar cinco argumentos importantes para defender esse ponto. O primeiro deles é a questão da flutuação, que é normal numa pesquisa amostral. Os senhores podem observar que, em vários momentos, a gente tem aqui, por exemplo, de 1995 a 1996, um aumento aparentemente gigantesco na taxa de extrema pobreza: de 9,3 para 10,2, que seria um aumento de quase um ponto percentual, altíssimo. Na verdade, quando se observa a tendência, vê-se uma tendência não de aumento ou de redução da pobreza, mas de estagnação da pobreza num mesmo patamar ao longo de 8 anos. Essas flutuações são normais numa pesquisa, que é uma pesquisa amostral, e têm que ser observadas como tendência.

Na verdade, a gente tem, por exemplo, entre 2006 e 2007, uma aparente estabilização na taxa de extrema pobreza, justamente no ano em que houve uma importante expansão no Bolsa Família, e que também não se verificava por nenhum outro indicador econômico. No entanto, a gente observava uma estabilização que logo depois se mostrou não ser uma estabilização. Quando a gente olha o conjunto da tendência, observa que se trata de uma trajetória de queda sistemática.

Primeira grande questão: em políticas públicas, o que a gente tem que observar é a tendência. Nós defendemos que a tendência de queda da pobreza e da extrema pobreza seja consistente e que se mantenha.

Segunda grande questão — e eu acho que corrobora a nossa tese de que a pobreza continua caindo —: observar e tratar da margem de erro. Cada uma das variáveis, que são observadas na pesquisa do IBGE, está sujeita a uma avaliação também, já que a pesquisa é amostral e há uma margem de erro.

Aqui é só aquela curva que eu já havia mostrado para os senhores. Os senhores podem observar que existe uma flutuação, partindo de 3,6 para 4, que é exatamente o que levou os Deputados a fazerem esse questionamento acerca do eventual aumento da pobreza. Esse aumento está dentro da margem de erro, que, nesse momento da história, para esta variável, é de 0,22. Isso também pode ser calculado. O desenho do cálculo está nas páginas do IBGE. Ele já foi, quando estava num patamar maior, uma margem de erro também superior.



Então, os senhores podem observar que essa eventual flutuação está dentro da margem de erro: 3,6. A margem de erro varia, 3,8, 3,4, 4, 4,2, 3,8, portanto, nós estaríamos aí dentro de uma margem de erro. Não dá para a gente afirmar, categoricamente, olhando um ponto da curva, que houve aumento ou redução da pobreza.

O que a gente tem que fazer? Essa discussão, apesar de ser bastante árida e técnica — como nós saímos de um período em que as pesquisas foram muito abordadas e a questão das margens de erro também —, é a mesma que a gente viu nas eleições. Nós temos que observar o quê? O próximo ponto da curva, para ver se realmente há uma inflexão, ou se nós vamos continuar seguindo a trajetória, que era de queda sistemática. A margem de erro é o nosso segundo argumento.

A terceira questão, que considero a mais importante do ponto de vista do debate com os Parlamentares, é o que poderia ter acontecido com a economia, na conjuntura do País, que justificasse uma inflexão nessa trajetória sistemática de queda consistente da pobreza e da extrema pobreza. Eu acho que não só não tivemos nenhum elemento que justificasse essa inflexão como, ao contrário, nós temos três questões, que, na minha opinião, nos levam a acreditar que de fato a pobreza e a extrema pobreza no Brasil continuam caindo. A primeira delas é que nós continuamos tendo um aumento do salário mínimo acima da inflação. Para essa população pobre, o salário mínimo tem impacto muito grande, mesmo para aqueles que não recebem salário mínimo. Por quê? Porque o salário mínimo é farol para o conjunto dos salários, mesmos os da informalidade. Então, o salário mínimo continua aumentando, a taxa de desemprego continuou caindo, inclusive para a população pobre.

A terceira questão a que eu gostaria de me referir é o Bolsa Família, que é uma variável muito impactante para a população em situação de extrema pobreza. Hoje nós temos o Bolsa Família praticamente universalizado para este público. Ele teve um aumento real muito importante neste período. O Bolsa Família veio sofrendo alterações ao longo do Governo da Presidenta Dilma.

Esse é o valor médio recebido pelos extremamente pobres, ou seja, pela população, que é público do Brasil Sem Miséria. Esse valor saiu de um patamar de 107 reais por família. E, aproveitando para fazer um parêntese, todo mundo pensa



que o valor do Bolsa Família é algo que levaria as famílias a substituir sua situação de trabalho. Na verdade, o valor é sempre complementar, porque a grande maioria da população extremamente pobre que recebe o Bolsa Família trabalha, 75% dos adultos trabalham. O valor saiu de um patamar de 107 reais, quando a Presidenta assumiu, para um valor médio de 242 reais por família. No período em que a PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio foi captada, de 2012 a 2013, exatamente de agosto a agosto, ou seja, pegando o mês de setembro, quando a PNAD é feita, perguntou-se quanto era a renda no mês anterior, verificou-se que a variação do valor do Bolsa Família foi de 28% nominal, 20% acima do valor da inflação.

Então, do ponto de vista das ações que alteram a renda dessas famílias, que são salário mínimo, emprego e Bolsa Família, obviamente, dentre outras coisas, as três justificariam a manutenção dessa trajetória de queda. A nossa expectativa era a de que teríamos uma PNAD com um valor mais baixo ainda com relação à taxa de extrema pobreza. A quantidade de pessoas em extrema pobreza no Brasil deveria ter caído, na nossa avaliação. Por que não caiu? Nós achamos que é uma flutuação estatística, e no próximo ano vamos comprovar isso. Além disso, ela está na margem de erro e não há nenhuma justificativa do ponto de vista econômico que nos levasse a concluir que ela caiu ou que subiu.

Antes de entrar na quarta questão, abordarei outro aspecto: se a taxa de inflação, que foi uma das questões — e eu tive oportunidade de observar — que os Srs. Deputados suscitaram ao fazer este debate e nos convidar para fazermos esta apresentação, teria sido a justificativa para esse aumento. Eu não acredito, senão isso teria acontecido com relação à pobreza também. Não justifica só ter acontecido na extrema pobreza, porque o perfil de gasto dessas famílias pobres ou extremamente pobres é absolutamente similar. Então, não justificaria um comportamento tão diferente, porque a pobreza continuou caindo, e a extrema pobreza, não.

Se V.Exas. tiverem oportunidade de observar como isso se comportou no Brasil verificarão que o aumento da população extremamente pobre se dá em alguns Estados e não no conjunto do País. Em alguns Estados caiu muito, como é o caso da Bahia, Estado que concentra um número muito grande de pobres e de



extremamente pobres. A queda da extrema pobreza na Bahia é muito alta. E, da mesma forma, em São Paulo subiu, e na Bahia caiu.

Eu não acho que devemos entrar numa avaliação de microdados. Por quê? Porque a PNAD não permite fazer essa avaliação. Então, nem quero cometer essa injustiça de ficar avaliando que foi São Paulo o responsável, e a Bahia, não.

Não acho que é essa a questão, porque a PNAD... Estamos com um índice de extrema pobreza tão baixo — 4% já é um índice tão reduzido — que a amostra estatística não é suficiente para que façamos esse tipo de afirmação. Mas, se fosse a inflação, a tendência seria esse comportamento ter mais regularidade no Brasil, e não tem nenhuma, a ponto de num Estado subir muito e no outro cair bastante. Então, a inflação também não poderia ser justificativa.

A quinta questão — e aqui eu reforço bastante a ideia de que isso para mim é uma questão ainda secundária; as quatro primeiras seriam os principais argumentos — é que nós observamos no comportamento da extrema pobreza, no ano de 2013, uma diferenciação importante. Já vínhamos analisando esses dados. Há várias pesquisas da nossa equipe a esse respeito — nós temos no MDS uma secretaria altamente qualificada, com várias publicações realizadas, que cuida exclusivamente de dados estatísticos. Vimos fazendo discussões, desde que lançamos o Plano Brasil sem Miséria, com IBGE, com CEPAL, com especialistas do Brasil e do mundo todo, analisando o comportamento da extrema pobreza e como aprimorar essas nossas avaliações. Nós já observávamos isso.

O que a PNAD faz? O que o IBGE faz? Ele não define o que é a pobreza e o que é a extrema pobreza; ele publica os valores de renda. Diz quantos têm renda de até 70 reais, por exemplo, e nós fazemos a conta. Eu quero saber quantos têm renda de até 70 reais, vou lá, faço um *download*, faço o corte em 70 reais e faço o cálculo. É isso que nós fazemos, todo mundo. Ou faço o corte em 1,25 dólares e faço a conta. Ou, ainda, faço o corte na linha de extrema pobreza, o que houver.

Nesse caso, você também computa nos dados quem tem renda zero. E uma parcela da população tradicionalmente tem renda zero — isso é tradicional; não aconteceu este ano, ou ano passado, ou ano retrasado; acontece ao longo da história. Quem são essas pessoas? Há profissionais que têm renda zero, mesmo não sendo extremamente pobres. É o caso, por exemplo, de um advogado que não



recebeu nenhum honorário naquele mês. Não é extremamente pobre; é uma pessoa de classe média ou de classe alta que, naquele mês, não recebeu honorários no seu escritório. Recebeu no mês anterior, e naquele mês, não. A pergunta do IBGE é: “*Quanto você recebeu no mês passado?*” A pessoa pode ter recebido zero. Um consultor, um *freelancer*, um jornalista *freelancer* não é extremamente pobre, mas está nessa curva. Por quê? Porque aqui estamos falando de quem tem renda de até 70 reais.

Isso é tradicional; isso acontece sempre. Nunca demos destaque a isso porque esse percentual nunca teve importância, apesar de ele sempre se manter, de sempre haver um percentual de pessoas que têm renda zero porque são extremamente pobres e um percentual de pessoas que têm renda zero, mas não são extremamente pobres. E nunca demos importância a isso porque o patamar era muito baixo, frente ao tamanho da extrema pobreza. À medida que a extrema pobreza vai caindo, esse dado vai se tornando mais e mais importante. No ano de 2013, em especial, ele salta de um patamar de 1% para 1,3%; portanto, ele tem um aumento de 30%.

Eu queria mostrar a importância disso.

Aqui, a curva vermelha é a curva da pobreza, que vem caindo; aqui, a curva da extrema pobreza. Dentro da extrema pobreza, tem gente que tem renda de 0 reais, 1 real, 2 reais, 3 reais, 4 reais, 5 reais, até 70 reais. Então, aqui é quem tem renda zero, que representa mais de um quarto da população extremamente pobre.

Proporcionalmente, esse grupo tem um impacto muito maior hoje do que teve em outros momentos da história. Queria mostrar isso para os senhores.

Em 2002, em torno de 13% das pessoas tinham renda zero, sendo extremamente pobres ou não, e hoje eles representam quase 32% dos extremamente pobres. Esse é um elemento que deve ser considerado quando se analisa. Isso não quer dizer que esteja errado. Pode haver mais gente nessa situação.

Vários países no mundo, quando fazem pesquisas amostrais, tradicionais, não perguntam a renda das pessoas. Por quê? Porque não é tradição nos países da Europa, por exemplo, que as pessoas respondam isso; elas se recusam a responder sobre sua renda. Então, a renda sequer é perguntada. No Brasil, a população aceita



responder qual é sua renda. Assim, já estão computados tanto aqueles que não aceitaram informar sua renda — são os que não quiseram responder — quanto aqueles que disseram ter renda zero. Eventualmente, pode haver um determinado erro, tanto é que a pesquisa tem uma margem de erro, mas esse dado sobre os renda-zero tem se tornado um dado muito importante na medida em que a pobreza e a extrema pobreza vêm caindo muito e na medida em que eles têm aumentado. Então, hoje eles representam 30% dos extremamente pobres.

E aí eu queria mostrar para os senhores quem são esses renda-zero. Nós analisamos os renda-zero usando também os dados da PNAD, olhando cada um deles para saber que tipo de pessoas são. Para fazer isso pela PNAD, olhamos quais bens a pessoa tem, qual é o seu perfil. Então, verificamos aqui, por exemplo, aqueles que têm máquina de lavar. Por que não olhamos se têm refrigerador? Porque o refrigerador já está praticamente universalizado no Brasil, assim como vários outros itens estão hoje universalizados. Máquina de lavar é um dos itens que diferencia quem é classe média de quem faz parte da população pobre.

Então, observem que, dos que recebem entre 1 real e 70 reais, apenas 13,5% têm máquina de lavar. Dos que recebem entre 71 reais e 140 reais, apenas 15,3% têm máquina de lavar. Dos que recebem entre 141 reais e 280 reais, apenas 30,2% têm máquina de lavar. Dos que têm renda zero, quase 40% têm máquina de lavar, outro indício de que, entre os renda-zero, muita gente não é extremamente pobre.

Aqui, a análise do dado “chefe de domicílio com nível superior por faixas de renda domiciliar”. Vejam como existe variação! Na faixa de 1 real até 70 reais estão menos de 1%. Entre os que recebem de 71 reais a 140 reais, menos de 1%. Dos que recebem entre 141 reais e 280 reais, 1% tem nível superior. Dos que recebem entre 281 reais e 560 reais, ou seja, quase 1 salário mínimo, 2,6% dos chefes de domicílio têm nível superior. Entre os renda-zero, 5,3% dos chefes de domicílio têm nível superior.

Ninguém está dizendo que se trata de falsos renda-zero; ninguém está dizendo que essas pessoas não têm renda zero; nós estamos dizendo que essas pessoas afirmaram que têm renda zero e, provavelmente, a tiveram naquele mês, mas não são extremamente pobres.



Vamos verificar, agora, um terceiro item, para não cansar os senhores. Se os senhores observarem qualquer dado, verão que eles vão se diferenciar. Pegamos os três mais importantes para esta análise, e um é o dos domicílios com renda zero que têm esgotamento sanitário, que é outro indicador da população pobre, diferenciada das demais.

Dos domicílios em que a renda per capita domiciliar é de até 70 reais, menos de 50%, ou 41,8%, têm esgotamento sanitário; no grupo dos que estão entre 71 reais e 140 reais, 44,3%; entre os domicílios em que a renda per capita domiciliar está entre 141 reais e 280 reais, 59%; entre aqueles em que se recebeu quase meio salário mínimo, 71,9%; dos domicílios em que a renda per capita domiciliar é zero, 73% têm esgotamento sanitário. Quer dizer, essas pessoas não parecem ser extremamente pobres.

Então, nós verificamos as amostras do IBGE para esse recorte de renda mensal de 70 reais e tiramos aquelas pessoas que têm esse perfil diferenciado, ou seja, têm nível superior, estão fora da média da população pobre, têm esgotamento sanitário, quer dizer, têm todas essas características. E nós identificamos o seguinte: dos 2,4 milhões de pessoas que declararam renda zero, em 1,7 milhões dos casos o chefe do domicílio tem nível superior muito acima da média, quer dizer, ele tem esse perfil, o que mostra que em torno de 750 mil pessoas seriam renda-zero extremamente pobres, e as outras seriam renda-zero com o perfil de classe média.

Recuperamos, então, esses 5 argumentos: eles estão dentro da margem de flutuação tradicional da extrema pobreza; estão dentro da margem de erro; não existe nenhum indicador econômico consistente para que nós tivéssemos uma inflexão na curva de pobreza; a inflação não poderia justificar uma alteração nesse comportamento; e em quinto, só em último lugar, seria importante, quando fôssemos fazer a análise, levar em consideração que parcela dessa população não tem perfil de extrema pobreza. Isso não quer dizer que o IBGE errou; nada disso. Significa o quê? Que quando formos olhar a extrema pobreza, nós temos que observar esse elemento, para podermos fazer uma análise mais correta do que está acontecendo no Brasil.

Se nós fôssemos olhar as duas curvas, teríamos esse outro comportamento aqui. Expurgando os renda-zero não extremamente pobres do conjunto da curva,



chegaríamos a um patamar próximo de 3%, portanto, bem abaixo da inflexão que tínhamos observado anteriormente.

Sr. Presidente, por quanto tempo eu já falei? Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - A senhora ainda tem 13 minutos.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Eu queria aproveitar o tempo que me resta para mostrar também, para além da questão da renda... Porque, quando nós falamos só da pobreza de renda, as pessoas dizem: *“Não; tem que ver que pobre não é pobre só de renda; é pobre de um conjunto de carências e privações: falta de educação, falta de acesso a saneamento, falta de acesso a água, falta de acesso a bens, a informação”*. Então, nós queríamos também observar o comportamento da pobreza olhando não só a renda, mas o conjunto desses indicadores, até porque o Plano Brasil sem Miséria foi lançado com um conceito multidimensional.

Os senhores tiveram a oportunidade de acompanhar, no lançamento do Plano Brasil sem Miséria, que a ideia de tirar a população da pobreza e levá-la para uma situação de bem-estar e melhoria de renda levava em consideração três grandes eixos: o eixo da renda, ou seja, a melhora da situação de renda das famílias, inclusive com transferência de renda, mas não só; o eixo da inclusão econômica e produtiva das famílias, com qualificação profissional, microcrédito, acesso à assistência técnica no meio rural e um conjunto de outras ações; e o eixo do acesso a serviços, de forma que no Plano Brasil sem Miséria nós organizamos 120 ações, desde o momento em que ele foi lançado, em junho de 2011.

Então, eu queria olhar esses 3 anos, quase 4 anos, de execução do Plano Brasil sem Miséria à luz desses elementos, sabendo que, na verdade, nós estamos trabalhando com dados de 2013. Nós só vamos ter acesso aos dados de 2014 no ano que vem. A PNAD está olhando dados de setembro do ano passado. A pesquisa foi publicada agora, mas não há 1 ano do nosso trabalho computado aqui. Então, uma avaliação completa do desempenho do Plano Brasil sem Miséria só poderá ser feita quando nós conseguirmos ter acesso a esses dados, mas nós já temos uma avaliação bem consistente.



Aqui, um dos indicadores multidimensionais que é utilizado no mundo, que é o indicador da FAO — Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura que olha o comportamento da pobreza do ponto de vista nutricional. Esse é o percentual da população brasileira em situação de subalimentação.

Lembro que a FAO considera três blocos de informação. O primeiro é a quantidade de alimentos disponíveis no Brasil, tomando por base o que o Brasil produziu, menos o que ele exportou, mais o que ele importou de alimentos, menos o que ele desperdiçou. Tudo isso dá a quantidade de alimentos disponíveis no País, que aumentou bastante — mais de 13%.

O segundo é a quantidade de renda disponível para que as pessoas possam comprar esses alimentos.

O terceiro bloco é a quantidade de alimentos disponíveis fora de casa — por exemplo, na merenda escolar. Os senhores sabem que o Brasil pode se orgulhar de ter uma merenda escolar que atende a 43 milhões de crianças diariamente, de segunda a sexta-feira, nas escolas. É uma Argentina que nós disponibilizamos de alimentos, para pelo menos uma refeição por dia.

A redução da extrema pobreza nos leva do patamar de 10%, em 2002, para 1,7%. No próximo domingo o Brasil vai receber um prêmio em Roma, da FAO, exatamente por ter conseguido ser um dos países com melhor desempenho no cumprimento de todos os compromissos internacionais, do ponto de vista desse indicador e desse comportamento — não é só por ter saído do Mapa da Fome das Nações Unidas.

Para fazer uma análise mais detalhada do Plano mesmo, e não pegar o indicador produzido fora, nós fomos beber na fonte do Banco Mundial, que também tem o Índice de Pobreza Multidimensional, indicador tradicionalmente utilizado em outros países do mundo. Talvez esse indicador nem fosse tão apropriado para medir o Plano Brasil sem Miséria, porque ele não olha, por exemplo, para o PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego nem para a ampliação do acesso de crianças à educação infantil.

O Banco Mundial pegou um conjunto de indicadores que aponta 7 privações para as pessoas em situação de pobreza — nós não estamos nem falando de extrema pobreza. Para as pessoas em situação de pobreza, ele olha esses 7



indicadores: dois de educação, saneamento básico, acesso à água, à eletricidade e à habitação e a posse de alguns bens, como refrigerador.

Essas sete privações seriam estratégicas, seja para uma família pobre sair da pobreza, seja para ela cair na pobreza. Consideremos alguém que não está na pobreza, mas vive numa família cujo chefe é analfabeto; a pessoa não tem acesso a energia elétrica, não tem acesso a determinados bens estratégicos. Se acontecer alguma coisa na família, a chance de ela se tornar extremamente pobre é grande. Então, eles estão olhando indicadores que fortalecem esse conceito e apontam privações estratégicas para uma família sair ou entrar na pobreza.

Nós examinamos os dados da PNAD ao longo desses anos, observando esses indicadores, segundo os critérios do Banco Mundial — nós baixamos o modelo do Banco Mundial, que é uma equação, e fez essa conta. Eu vou mostrar tanto a conta feita pela nossa equipe como a feita pela própria equipe do Banco Mundial.

Rapidamente, vou mostrar alguns desses indicadores.

Aqui, em azul, temos o total da população cujo chefe do domicílio tem nível fundamental completo. Vocês observam que houve um crescimento para o Brasil todo, mas muito mais para os 5% mais pobres.

Eu vou passar rapidamente, porque esta apresentação estará disponível para os senhores após o término da nossa exposição.

Aqui vemos a população de 6 a 14 anos com frequência na escola, o que melhora para todo o País. O Brasil já praticamente universalizou o acesso à educação fundamental para as nossas crianças, e o índice cresce o dobro para as crianças mais pobres.

Em relação ao acesso à água — água canalizada, cisterna, poço, nascente, ou seja, água de qualidade, segundo o conceito do Banco Mundial —, que é outro indicador, houve melhora para todos os brasileiros. Entre a população extremamente pobre, os 5% mais pobres, cresceu muito mais.

No que se refere ao esgotamento sanitário, é a mesma coisa: cresce quase 5 vezes.

O acesso à energia elétrica também está praticamente universalizado, tanto para a população total brasileira quanto para os 5% mais pobres. Nesse caso, o



aumento foi importante, e, provavelmente, daqui para frente, essa curva vai parar de ter uma inflexão tão expressiva, exatamente porque o serviço já foi praticamente universalizado com o Programa Luz para Todos. Então, o aumento é muito maior.

Aqui, o acesso a geladeira e *freezer*, que é uma consequência do acesso à renda. À medida que a população tem acesso à renda, o acesso à geladeira e ao *freezer* aumenta muito, porque esses são bens estratégicos para conservar o alimento, para guardar o excedente.

Também o acesso ao telefone celular, que é outro indicador considerado estratégico pelo Banco Mundial, cresce para toda a população e muito para os 5% mais pobres.

De forma que, quando nós pegamos esse conjunto de elementos — a renda e mais essas sete privações — e o jogamos em um modelo do Banco Mundial, observamos este comportamento: nós saímos de um percentual de população em situação de pobreza crônica, segundo o Banco Mundial, de 7,3% para 1,4%. A conta que nós fazemos é um pouquinho diferente, embora usando o mesmo modelo: saímos de um patamar mais alto e chegamos a um patamar mais baixo. Mas a tendência é praticamente idêntica.

E, por tudo aquilo que nós estudamos dos dois modelos... Quer dizer, se o modelo é o mesmo, por que dá essa diferença? Aparentemente, são as cisternas que estão fazendo essa curva ter uma inflexão diferenciada, porque esse indicador coincide exatamente com um momento de grande ampliação do acesso a cisternas pela população nordestina — nós fizemos, nos últimos 4 anos, 750 mil cisternas. Havia 350 mil cisternas no Brasil, e nós fizemos 750 mil, chegando a praticamente 1 milhão e 100 mil cisternas ofertadas para a população do Semiárido nordestino, onde a população concentrava no meio rural um percentual alto da pobreza, o que daria, portanto, essa diferença.

Mas a tendência das duas curvas é praticamente idêntica, e nós chegamos a um percentual de pobreza crônica multidimensional muito baixo, o que para nós todos, brasileiros, é um orgulho muito grande. O que eu acho mais interessante é observar como isso se abre para os diferentes públicos.

Quando nós lançamos o Plano Brasil sem Miséria, dizíamos que a pobreza tinha cor: 71% dos pobres e extremamente pobres no Brasil eram negros; que a



pobreza se concentrava no Nordeste brasileiro — 59% da população extremamente pobre estava no Nordeste; e, se somássemos o Norte, com 17%, tinha, em 2011, a imensa maioria da população extremamente pobre no Brasil; terceiro: concentrava-se entre famílias que têm crianças pequenas; quarto: tinha uma concentração importante no meio rural.

Eu vou mostrar essas quatro visões dessa mesma curva do Banco Mundial, olhando essas quatro dimensões.

A primeira delas, por região. Os senhores sabem que a PNAD não captava o Norte rural antes de 2004, e, em razão disso, nós não temos os indicadores. Mas vejam como ela se concentrava de fato no Nordeste: 17,9% dos nordestinos eram extremamente pobres em 2002; hoje, 1,9%.

A pobreza crônica multidimensional cai no Brasil todo: Sudeste, Sul, Centro-Oeste. Para todas as regiões, nós temos um comportamento positivo de redução da pobreza, mas, obviamente, ela cai muito mais no Nordeste e no Norte. Desse modo, quando nós olhamos, vemos que este Brasil é um País mais igual, com menor número de pobres crônicos e muito mais harmônico.

Quando nós olhamos por raça e cor, também vemos o impacto fantástico do conjunto dessas ações composto pelo acesso a cisternas, acesso a energia elétrica, acesso a renda, acesso a saneamento, acesso a bens que a população extremamente pobre, que majoritariamente era negra, passa a ter. Ela sai de um patamar de quase 13% para um patamar de 1,7%. A pobreza crônica cai no Brasil todo entre brancos e negros, mas cai muito mais entre os negros, que eram exatamente os extremamente pobres.

Isso mostra o quê? Que nós estamos conseguindo chegar àquele núcleo duro, o mais difícil de ser trabalhado, e que, portanto, conseguimos, hoje, ter um Brasil muito mais justo, muito mais igual também entre brancos e negros.

Aqui, famílias com filhos menores de 6 anos de idade, entre as quais também havia um percentual muito alto de extremamente pobres. Em torno de 13% das famílias que tinham pelo menos um filho com menos de 6 anos de idade eram extremamente pobres, contra 2,1% hoje. Portanto, este Brasil também é um País muito mais igual.



Por fim, o indicador voltado para as áreas urbana e rural, Deputado Ronaldo Caiado. Olhando aqui, vemos que 28,6% da população rural, em 2002, do ponto de vista da pobreza crônica, segundo os critérios do Banco Mundial, era extremamente pobre. Tem-se aquela ideia de que a pobreza no meio rural é muito menor, porque, no Brasil, a população rural é menor do que a urbana — 15% da população brasileira é rural —, mas no meio rural havia uma concentração muito grande de extremamente pobres. Nós também observamos que este Brasil, urbano e rural, é também, hoje, muito mais igual.

Aqui o critério definidor da pobreza é somente a renda, e era sobre isso a pergunta que o senhor tinha feito no requerimento. O que eu mostrei anteriormente é a pobreza do ponto de vista multidimensional, e aqui, olhando somente a renda. Aqui também se observa uma pequena flutuação, que, em nossa avaliação, responde às mesmas questões gerais que valeram para o conjunto das informações.

Finalizando, primeiro, eu quero reforçar esta ideia: os dados estavam disponíveis. Qualquer pesquisador, inclusive aqui da Casa, tem acesso a eles. Há muito tempo, o IBGE disponibiliza esses dados anualmente, na mesma data, que é setembro — há uma variação: 15, 16 ou 17, de acordo com o dia da semana. Este ano foi no dia 18.

Segundo, em nossa avaliação, a pobreza e a extrema pobreza continuam seguindo uma trajetória consistente e sistemática de queda.

Agora, isso não nos deixa tranquilos de que está terminando a nossa tarefa. Acho que nós temos ainda um trabalho enorme no Brasil a ser continuado: levar acesso a bens, direitos e serviços para a população pobre. É isso que pretendemos continuar fazendo: ampliando o acesso à água, garantindo parte dos indicadores que eu nem tive oportunidade de mostrar — nós conseguimos levar 1,5 milhão de pessoas pobres no Brasil a cursos de qualificação profissional; mais de 400 mil beneficiários do Bolsa Família criaram e formalizaram as suas empresas como microempreendedores individuais, tiveram acesso a assistência técnica, tiveram acesso a sementes de qualidade, tiveram acesso a um conjunto de bens e serviços. Mas tudo isso é só um começo, porque, cada vez que nós atingimos um patamar de bem-estar da população, isso só nos dá conta de que a nossa tarefa para transformar o Brasil num país menos desigual é ainda muito grande.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Agradeço a participação da Ministra Tereza Helena Barreto Campello.

Eu queria registrar a presença de Deputados que não são membros da Comissão e que são muito bem-vindos aqui: Amauri Teixeira, Ronaldo Caiado, Nilda Gondim, Benedita da Silva e Bohn Gass. Sejam bem-vindos à Comissão!

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - O Deputado Mandetta também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Não, o Deputado Mandetta é da Comissão e é presente.

Iniciando as inscrições, eu queria passar a palavra para o Deputado Ronaldo Caiado, que aqui representa o Líder do Democratas, Mendonça Filho, autor do requerimento. S.Exa. também é autor de requerimento na Comissão de Agricultura. Então, com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, como autor do requerimento e tendo a concordância da Sra. Ministra, solicito a V.Exa. que me conceda 10 minutos, conforme o art. 221, § 2º, do Regimento Interno, que diz:

“Art. 221.....

§ 2º Encerrada a exposição do Ministro, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreveram previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o Autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Concedido o tempo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Ministra, toda a assessoria presente, vamos aos fatos. O que nós estamos assistindo e o que o Brasil presencia hoje é exatamente um processo que, a cada dia, torna-se mais claro: começa a desabar a lenda de que o Governo da Presidente Dilma teve competência para tratar os assuntos econômicos e sociais.

Por que digo isso? Porque os resultados vêm sendo publicado nesses últimos dias são extremamente danosos à população brasileira.



Qual é o motivo específico da convocação de V.Exa.? Primeiro, o fato de que todos os dados foram escondidos pelo Governo, fraudando um processo eleitoral e deixando a sociedade brasileira sem ter acesso à situação que hoje está instalada no Brasil, que é calamitosa.

Ou seja, o Governo usou a PETROBRAS não só no petrolão, mas usou a PETROBRAS para poder manter a taxa de inflação dentro do texto, quebrando aquela empresa, e, só depois das eleições, nós tivemos aumento de combustível. O aumento da tarifa de energia elétrica foi também retido durante todo esse tempo, e, quando se falava em tarifaço, a Presidente, candidata, reagia duramente, dizendo que nada iria acontecer. Quando se falava da inflação, dizia também que nada iria acontecer. Quando se dizia que os sinais da economia apontavam que o emprego estava sendo colocado em risco, já que o Brasil apresentava um crescimento de apenas 0,5%, que é ridículo, não teve aumento algum, o pior na América Latina...

Então, o que produzem todos esses dados somados? Eles produzem uma radiografia totalmente desvirtuada da realidade. Quando, Sra. Ministra, nós encaminhamos à Procuradoria-Geral da República uma representação, nela incluindo o nome de V.Exa., foi porque esses dados não foram colocados à disposição da população. Tanto é que o IPEA publicou os dados depois de passado exatamente o processo eleitoral. Está aqui matéria em que o Sr. Herton Araújo pediu exoneração do IPEA, dizendo: *“A forma como o IPEA vem conduzindo a divulgação de dados foi alvo de crítica depois que um dos seus diretores pediu exoneração por não concordar com o adiamento da divulgação da análise social do PNAD para depois das eleições”*.

Então não é o Deputado Ronaldo Caiado que está afirmando isso; é um Diretor do IPEA.

Este é o primeiro item.

Segundo item: qual é, realmente, a condição deste dado ter sido impedido de ser publicado? Pergunto a V.Exa.: é uma decisão de V.Exa. ou uma decisão da Presidente da República a não publicação dos dados do IPEA? Isso é grave; gravíssimo!

A tese toda que V.Exa. aqui tenta apresentar à sociedade brasileira, torturando os dados, eu diria a V.Exa. que foge um pouco da realidade. Tanto é que



o Governo do PT recorre agora à política econômica ortodoxa e demite o Ministro Guido Mantega.

E o buraco da economia, que atinge mais de 100 bilhões de reais, precisa ser corrigido. Então eu pergunto a V.Exa.: como corrigir um buraco de 100 bilhões de reais em 2015 diante desse fosso de que nós estamos agora tomando conhecimento. O ex-Ministro Guido Mantega dizia: *“Não tem problema; as contas estão todas em dia, o ajuste fiscal está sendo cumprido, as contas públicas todas estão aí para mostrar que o Brasil está cumprindo as metas que definiu na LDO”*. De repente, nada disso é verdade. Tudo isso é uma grande farsa para ganhar uma eleição.

Então, a somatória desses fatos é que coloca *sub judice* a gestão da atual Presidente, e neste momento com a conivência dos atuais Ministros, para que a sociedade, ao não ter essas informações, fique totalmente iludida.

Eu vi que V.Exa. colocou ali os dados onde teve o reajuste do repasse do Bolsa Família.

No entanto, eu não vi V.Exa. colocar... Só no Governo Dilma nós tivemos uma inflação de 25,4%. O reajuste do patamar, para considerar o cidadão em estado de miséria, é de 77 reais — foi reajustado em 10% em junho de 2014. Por que esse valor não foi reajustado em 25,4%, que é a inflação do Governo Dilma? Será que nós teríamos apenas 10,4 milhões de pessoas na faixa da miséria absoluta, ou nós teríamos, como em outras em análises que foram feitas também pela *Folha de S.Paulo*, 27,3 milhões de brasileiros que estariam colocados nessa faixa da miséria, se nós reajustássemos o valor, ao invés de 77 reais, para 87 reais e 50 centavos? Então, são posições que nós precisamos esclarecer fortemente para toda a sociedade brasileira.

E agora? Como é que nós vamos enfrentar este momento, esta situação, que não é política do PT, que é política de Estado? Como política de Estado, quando V.Exa. mostrou aquela alteração entre 1994 e 1995, eu concordei plenamente, porque ela existiu mesmo, afinal de contas foi o momento da implantação do Plano Real. Ali nós tivemos mudanças substantivas, para podermos resgatar o País de uma condição de inflação que chegava a 2.000% ao ano. E estamos diante de uma situação semelhante. Ou seja, qual é a herança maldita da Dilma para a própria



Dilma? Uma inflação que extrapola o teto, em primeiro lugar; um tarifaço de todas as contas do cidadão brasileiro, seja combustível, seja energia elétrica, seja água tratada, repercutindo na alimentação, repercutindo no salário e, ao mesmo tempo, levando a um quadro, de que hoje temos uma sinalização, de aumento do desemprego no País.

Ora, como é que V.Exa. vai tratar o programa, sendo que o Governo vai ter que fazer um corte de 100 bilhões de reais em 2015? Cem bilhões de reais. Nunca, nenhum Presidente da República conseguiu entregar ao seu sucessor um gasto que não fosse maior com a máquina pública. Então, como é que a Presidente Dilma vai conter esse processo, que é muito maior no Governo do PT, de inchaço da máquina pública, de aparelhamento da máquina pública, de aumento dos gastos, do custo da máquina do Governo? Isso é o que eu realmente quero saber de V.Exa. Como se dará? Por quê?

E acredito que foi o Deputado Amauri Teixeira que formulou o convite a Joaquim Levy para que assumisse a política econômica do atual Governo, como intransigente defensor do programa da Presidente Dilma Rousseff, dentro das suas propostas.

Joaquim Levy vai propor aumento da CIDE — Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, aumento do Imposto de Renda, restrição da estrutura de gastos, diminuição da máquina do Governo. Diante desse fato, eu pergunto a V.Exa.: nós estamos mascarando uma realidade? Qual? Não se reajusta um valor para definir o que é miséria absoluta no País. Reajuste de 10%; a inflação foi de 25,4%. Então, já é uma maquiagem.

Segundo ponto: o dado do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada só é fornecido 1 semana depois do processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Ronaldo Caiado, queira concluir, por favor.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Estou finalizando, Sr. Presidente.

Então, com essa política ortodoxa que a Presidente Dilma solicitou que a sua Assessoria, que seus Ministros da área econômica implantem, como é que V.Exa. vai tratar desse assunto, Ministra? Nós sabemos que esse valor se aproxima de 30 bilhões de reais, hoje, ou seja, do gasto que temos que priorizar. Então, como serão



feitos os outros gastos, nas áreas de saúde, de educação, no aparelhamento do Estado? Porque, realmente, o brasileiro não suporta mais a carga tributária de hoje.

Eu quero pedir a V.Exa. apenas mais 1 minuto, Sr. Presidente, para concluir definitivamente.

O Brasil tem hoje, no Governo do PT, uma carga tributária que se aproxima de 37% do PIB. Em nenhum país da América Latina se vive nas condições em que vive o brasileiro, com essa carga tributária. A carga tributária do Brasil se assemelha à de países desenvolvidos da Europa, onde há atendimento de qualidade ao cidadão nas áreas de saúde e de educação,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado, queira concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - ... mobilidade urbana, tudo isso nós vemos de melhor qualidade nos países que têm 37% do PIB como arrecadação tributária do governo.

Aumentar ainda mais a carga tributária, para o Governo poder sair do caos a que ele nos levou com uma política populista?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Caiado, queira concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Eram as perguntas que eu queria formular. Gostaria realmente de obter a resposta da Sra. Ministra e ter direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Paulo Ferreira, que não é membro da Comissão, do Deputado Henrique Fontana, Líder do Governo, e do Deputado Estadual Daniel Bordignon, do PT do Rio Grande do Sul.

Sra. Ministra, V.Exa. tem a palavra. Em seguida, vou passar a palavra ao Deputado Afonso Florence, como Líder do PT, por 3 minutos.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Deputado, vou responder às três questões que eu acho que me afetam. Sobre um conjunto de considerações eu conto com o apoio dos Parlamentares, não só do meu partido, mas também os que não concordam. Eu precisaria de um longo tempo aqui para explicar, entrar em matérias afetas ao conjunto da economia e não só à minha Pasta. Mas vou



responder às três principais questões. Eventualmente, depois posso responder a outras.

Se foi minha decisão ou decisão da Presidenta Dilma não publicar os dados do IPEA. Quanto a isso eu posso afirmar, categoricamente — categoricamente —, que, primeiro, eu nem sabia. Eu fiquei sabendo na mesma ocasião em que o senhor que o IPEA não tinha publicado o IPEADATA. Ninguém usa o IPEADATA para acompanhar a taxa de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. As pessoas usam um conjunto de indicadores.

O IPEADATA é publicado normalmente. No ano passado, foi publicado em novembro. Nós nos demos ao trabalho de olhar depois, para ver se realmente havia acontecido algum tipo de situação diferenciada.

Rigorosamente, nós ficamos sabendo da decisão do IPEA, de não fazer publicações gerais ao longo do período eleitoral, na mesma ocasião em que o senhor. Eu fiquei sabendo pela imprensa e tenho certeza absoluta de que a mesma coisa aconteceu com a Presidenta Dilma. Por quê? Porque isso não cabe nem a mim, que nunca interferi em nenhuma decisão do IPEA — ao contrário —, e muito menos à Presidenta.

O IPEA publica coisas diariamente. Ontem, por exemplo, saiu o *Atlas do Desenvolvimento Humano*, cuja publicação havia sido adiada. É uma matéria extremamente positiva para o Governo, é um material extremamente rico, que mostra a redução da desigualdade nas regiões metropolitanas. E estava pronto, pelo que eu fiquei sabendo ontem, há 3 meses, mas também não tinha sido publicado.

Para me preparar, até tentei saber o que tinha acontecido. Como Governo, eu não posso chegar aqui e dizer: “*Não vou responder a essa pergunta. Pergunte para o Presidente do IPEA*”. Vou responder porque conversei com ele, e ele me disse o seguinte: que, por orientação da Advocacia-Geral da União, o IPEA soltou uma ata em agosto — portanto, foi uma decisão que ele tomou *a priori*, foi uma decisão apriorística, em agosto —, para informar que não publicaria um conjunto de dados que não estavam no calendário regular de publicação. E aí não saiu nenhuma publicação que não estivesse no calendário público do IPEA. Essa é a informação que o IPEA me deu. Estou repassando aos senhores. Essa decisão foi tomada por



unanimidade pela Diretoria do IPEA, no início de agosto, portanto, muito antes de os dados do IBGE serem divulgados. Os dados do IBGE são de 18 de agosto.

Eu acredito que o IPEA, tanto quanto o MDS, achava que a taxa de pobreza cairia. A minha expectativa era essa. Eu tenho certeza de que a dos pesquisadores do IPEA que, tradicionalmente, acompanham a área social também era essa. E eles tomaram uma decisão independente, de que ninguém sabia. Na ocasião, nenhum dado era conhecido, nenhum dado era público, e ninguém sabia o que ia acontecer. E há dados da PNAD que são extremamente favoráveis. O dado de crescimento da renda média no Brasil é extremamente favorável. A renda média no Brasil cresceu muito mais do que cresceu a taxa do PIB. Nós tivemos um aumento real da renda dos brasileiros de 3,5%, mesmo num período de crise internacional. Que países tiveram crescimento da renda média como o Brasil? É importante dizer que, nos 2 últimos anos, cresceu mais de 5,5%. Nós temos informações acerca de um conjunto de dados favoráveis da PNAD que também não foram divulgados. Então, não houve uma decisão de divulgar um dado e de não divulgar outro dado. A decisão foi da Diretoria do IPEA, foi exclusiva. Eu não sabia disso, muito menos a Presidenta. Nós não interferimos nisso. E essa decisão foi tomada em agosto. Os dados foram publicados em novembro, por decisão da Diretoria.

Esse diretor que pediu demissão entrou posteriormente a essa decisão, discordou da decisão e pediu demissão. Não vou entrar no mérito do porquê de ter feito isso. Sabe-se inclusive que já era uma decisão tomada, quando ele assumiu. Então, quando ele assumiu, já tinha sido tomada a decisão, pela Diretoria, de não publicar nenhum dado.

Houve um conjunto de orientações da nossa AGU para o Governo, uma delas inclusive era de que não publicássemos nenhum dado. O MDS, durante o período eleitoral, também não publicou um conjunto de dados no seu *site*. Houve quem quisesse que tirássemos as pesquisas. Havia esta interpretação: *“Você tem que tirar tudo do site. O site tem que ser apagado”*. Isso aconteceu em vários Estados brasileiros. Por quê? Porque a legislação eleitoral realmente tem ficado cada vez mais restrita, e isso leva uma insegurança ao conjunto dos gestores: *“Na dúvida, eu não faço nada nesse período, nem para o bem nem para o mal”*. Como eles não sabiam o que ia acontecer com a PNAD, na ocasião em que eles tomaram a



decisão, eles pensaram: *“Bom, se o dado for positivo, e eu divulgar, vão me acusar. Se o dado for negativo, e eu divulgar... O que eu faço? Não vou divulgar nada”*. Foi isso o que eles fizeram. E divulgaram no dia 31 de outubro.

No ano passado, que não era ano eleitoral, os dados foram publicados em novembro. Portanto, nós não estamos tratando de um adiamento. Com a PNAD aconteceu a mesma coisa: no mesmo período ela foi divulgada, na terceira semana de setembro. No entanto, os dados do IPEADATA só foram divulgados em novembro. Por que só se divulgaram os dados em novembro, no ano passado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Gente, não eram dados que tivessem data! Deputado, só estou explicando ao senhor que não havia uma data para sair: *“Sai a PNAD, no dia seguinte têm que sair os dados do IPEADATA”*. Tanto é que, no ano passado, os dados da PNAD saíram em novembro, e ninguém questionou que só tenham saído em novembro. Neste ano, saíram no dia 31 de outubro, e isso está sendo questionado.

De fato, neste ano houve uma decisão da Diretoria do IPEA, autônoma, de que não iam ser publicados os dados. E estamos sendo responsabilizados por uma coisa em relação à qual nós simplesmente não tivemos a menor arbitragem. Ao contrário. Não fomos consultados sobre essa matéria. Nem eu, muito menos a Presidenta.

Em segundo lugar, com relação ao Bolsa Família, aqueles dados que eu mostrei são relativos aos reajustes acima da inflação. Eu sei que é surpreendente. Geralmente, nós falamos sobre eles, e as pessoas dizem: *“Não, é porque a inflação comeu...”* O aumento do valor do Bolsa Família para a população extremamente pobre foi de 84% acima da inflação, Deputada Benedita. Nenhum outro indicador... Que outro bem foi reajustado, no Brasil, em 84% acima da inflação?

Então, nós não estamos falando em redução ou perda do poder de compra do público do Bolsa Família, nós estamos falando num reajuste forte, rigoroso. Exatamente para quê? Para garantir que essa população pudesse sair da extrema pobreza. No período em que a PNAD foi captada, o benefício teve um reajuste nominal de 28%, 19,77% acima da inflação! Portanto, também não há que se discutir a inflação com relação a isso.



E a terceira questão é esta: a gente faz reajuste como quer. Tem gente dizendo, por exemplo, que, já que a linha da extrema pobreza no Brasil é de 1 dólar e 25 centavos — foi a referência que usamos quando lançamos o Plano Brasil sem Miséria —, tínhamos que dolarizar o Bolsa Família. Desculpem-me, Deputados, mas o cúmulo da demência! É um absurdo, é uma aberração dolarizar um indicador nacional! Por quê? Porque querem atingir o nosso Governo. Eu acho uma aberração, eu acho um absurdo defender a dolarização do Bolsa Família. Quem dolarizou qualquer bem ou serviço em outros países quebrou a cara, do ponto de vista de política econômica. Então, eu acho que não podemos defender isso.

O critério que nós usamos é o critério do Banco Mundial: a paridade do poder de compra. Por que é utilizado esse indicador? Porque nós estamos usando uma referência internacional. Podemos discutir: *“Ah, eu acho que esse valor está baixo”*. Ou: *“Eu acho que esse valor está alto”*. Tem muita gente discutindo isso. Eu acho que é um debate legítimo que a sociedade brasileira tem que fazer. A linha de 1 dólar e 25 centavos é baixa para o Brasil? É boa para a África, mas não é boa para o Brasil? Esse é um debate legítimo. Acho que é legítimo que os Deputados o façam. Aliás, é legítimo fazer qualquer discussão.

Mas, quando nós assumimos, o decreto estabeleceu a referência em 1 dólar e 25 centavos, e estamos atualizando segundo a paridade do poder de compra. E essa atualização não é feita mês a mês. O Banco Mundial não faz essa conta da paridade do poder de compra mês a mês, ou seja, como os países têm seus diferentes bens, como se comporta a diferença de atualização monetária do poder de compra dessa população nos diferentes países. Ele não faz isso mês a mês. E não teria sentido ficarmos fazendo isso mês a mês. Ele faz essa conta uma vez por ano. Segundo esse dado, nós estamos bem acima desse valor.

Agora, se quiserem discutir que deve ter outro reajuste, vamos discutir. Agora, o critério de reajuste que vem sendo adotado por nós e que eu venho discutindo publicamente, desde que o Brasil sem Miséria foi lançado, é o da paridade do poder de compra. Segundo os dados do Banco Mundial, publicados em sua página, esse valor estaria em 65 reais e não em 77 reais. Então, não há por que reajustar. *“Bom, eu acho que tem que reajustar pelo INPC”*. Vamos abrir essa discussão, vamos ver se isso é o razoável. No entanto, quando assumimos o compromisso com o Plano



Brasil sem Miséria, o critério era esse, e temos atualizado o valor, que está acima de 1 dólar e 25 centavos, hoje, pelos critérios do Banco Mundial.

Terceira questão: o compromisso da Presidenta é o de manter a agenda do Brasil sem Miséria, o de manter os gastos do Bolsa Família. E eu acho que nós temos que apostar na construção de uma agenda que nos garanta continuar tendo redução de desemprego e retomar o crescimento econômico do Brasil, o que obviamente não depende só do Brasil. O mundo todo está sendo afetado por uma crise. O Brasil não é uma ilha. Agora, mesmo numa situação de crise internacional, o Brasil continua tendo taxas decrescentes de desemprego, em qualquer dos indicadores captados hoje. Tanto pela PNAD Contínua quanto pela PME — Pesquisa Mensal de Emprego, o desemprego no Brasil continua caindo.

Então, não podemos olhar só os indicadores que não nos favorecem. Vamos olhar o conjunto dos indicadores. Um dos indicadores importantes é o do aumento da renda média dos brasileiros. Ela continua aumentando. Segundo outro indicador, a taxa de desemprego continua caindo. Eu acho que nós temos que valorizar esses dois indicadores, que inclusive afetam a população muito mais do que ficar olhando o PIB. Então, eu olho só o PIB e não olho a renda. Do ponto de vista da população, o que tem crescido? A renda. E tem caído o desemprego.

Eu acho que são dois indicadores que devemos valorizar quando fazemos análise econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Para a réplica, concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, nós temos que deixar tudo bem claro e não confundir os sinais.

Ministra, eu não falei em dolarizar hora alguma. Não existiu essa palavra. O que eu disse a V.Exa. foi que, se o parâmetro era de 77 reais, ou seja, se o reajuste foi de 10%, por que não usar a mesma metodologia, de reajustar o valor pela inflação? Eu não estou falando da inflação na Nicarágua, nem na Venezuela, nem no Chile. Eu estou falando da inflação brasileira. Se o parâmetro era de 70 reais, por que 10% de reajuste? V.Exa. é que está colocando o dólar como parâmetro. Eu, não! Hora alguma eu citei esse parâmetro.



O que eu estou dizendo é isto: se o valor é de 70 reais, em vez de reajustar em 10%, reajusta-se pela inflação, no mínimo. Foi isso que eu coloquei. Hora alguma eu busquei parâmetro de dolarização, até porque jamais seria o meu estilo acreditar que a economia do Brasil deve caminhar por aí, apesar de estar tendendo a esse modelito argentino, que não é o nosso. E me parece que Levy vai trazer outro.

Bom, em relação especificamente ao fato de que houve melhor distribuição de renda, veja bem: publicação de três autores, sendo dois do IPEA e um da Receita Federal, mostrou exatamente o contrário. Ou seja, eles concluíram que 5% dos mais ricos, que detinham 40% da renda em 2006, passaram a deter 44% em 2012. Em outras palavras: concentração de renda. Está aqui. Não é dado da Oposição, é um estudo feito por pessoas que são reconhecidas, especializadas na área. São dois funcionários do IPEA e um da Receita Federal. Eles cruzaram essas informações também com as da Receita Federal e demonstraram que, de 2006 a 2012, 5% dos brasileiros que detinham 40% passaram a deter 44%. Ou seja, no Governo Dilma, nós tivemos uma concentração de renda. Essa é a verdade nua e crua, não é de hipótese que estou falando.

Segundo ponto: eu vou buscar junto à Advocacia-Geral da União o porquê dessa decisão, Quando interessava à Presidente, ela citava que não ia ter tarifaço, que não ia ter aumento de combustível e de energia elétrica, que a inflação estava dentro do teto da meta, que nós não corríamos nenhum risco, que o combate à pobreza estava sendo feito, que a tendência era a de diminuir cada vez mais — esses eram os dados que a Presidente citava no debate —, que tinha diminuído o desmatamento na Amazônia, sendo que o dado é exatamente o contrário. Então, tudo isso ela usou no momento da campanha eleitoral e do discurso dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Caiado, queira concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - E nós não tínhamos os dados oficiais para mostrar que aquilo não procedia.

Então, para concluir, quero apenas dizer a V.Exa. que a maneira como o Governo está avaliando o que seja a linha da miséria absoluta, sem dúvida alguma,



exclui, hoje, algo em torno de 13 milhões de brasileiros, que estão nessa linha da miséria e que não foram identificados porque o valor não foi reajustado.

No mais, vou requerer à Advocacia-Geral da União que esclareça o porquê de interditar os dados do IPEA no período eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Ministra, V.Exa. tem 3 minutos, se quiser.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Obrigada.

A Advocacia-Geral da União deu uma orientação geral para o conjunto dos órgãos. Não sei se ela deu uma orientação específica para o IPEA. O IPEA, pegando essa publicação, teve reuniões conosco, deu orientações sobre o que podia ser publicado e o que não podia, sobre como fazer as contas, sobre como proceder para garantir a isenção, no período eleitoral, do conjunto dos agentes públicos.

Vindo dessa reunião, os diretores do IPEA — não foi nem a Procuradora do IPEA, segundo me relatou o Presidente do IPEA — entenderam isso. E entenderam *a priori*. Essa ata do IPEA, que eu sugiro que os senhores eventualmente busquem, foi publicada em agosto. Portanto, faz referência à maneira como deveria se comportar o IPEA ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro.

O que eu acho que nos preserva é exatamente o fato de ser uma decisão tomada em agosto, e não uma decisão tomada à luz da própria divulgação da PNAD. Acho que essa é a principal questão a ser enfrentada.

Segunda questão, Deputado: esse estudo, feito por pessoas de muita qualidade, realmente — foi ao estudo de Marcelo Medeiros que o senhor se referiu —, trabalha somente com 13% da população, que é a população que declara renda. A população pobre não declara Imposto de Renda, gente. Então, não podemos pegar um estudo que só olhou os dados do Imposto de Renda. O estudo é amplo, e muita gente até discorda, mas, discordando ou não, só está olhando 13% da população, ou seja, a que declara renda. Nem a população pobre, nem a população extremamente pobre, nem a população que ganha salário mínimo, que nem é pobre nem extremamente pobre, declaram renda. Então, não podemos fazer uma comparação com quem nem passa perto do Imposto de Renda, com quem é isento.



E tudo o que fizemos para eles não entrou em conta nenhuma: as cisternas não entraram em conta nenhuma; o PRONATEC não entrou em conta nenhuma...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sra. Ministra, é a PNAD com o Imposto de Renda. Não diga isso.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Não é, não é.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - É a PNAD com o Imposto de Renda, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Ronaldo Caiado, não é permitido.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Não tergiverse, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Estão inscritos vários Deputados, mas, dentro do nosso Regimento, da “ditadura dos Líderes”, temos que priorizar os Líderes.

Para falar pela Liderança do PT, com a palavra o companheiro Afonso Florence.

Em seguida, está inscrito o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - E inscrições para não membros, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - V.Exa. terá o seu tempo. Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente Augusto Coutinho, Sra. Ministra Tereza Campello, Presidente Amauri Teixeira — esta é uma reunião conjunta de três Comissões da Casa —, bom dia.

Quero parabenizá-la, Sra. Ministra, pelo seu trabalho, e toda a equipe do MDS, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome do nosso Líder Vicentinho. V.Exa. não só esclareceu todos os questionamentos feitos nas convocações apresentadas pelas três Comissões, como também sustentou os esclarecimentos com dados irrefutáveis.

Quem conhece o interior do Brasil, a zona rural, os Municípios, indistintamente da orientação partidária dos gestores e das gestoras, sabe do impacto do Programa Bolsa Família, do acesso à água através da oferta de



cisternas, do PRONATEC, do PRONATEC Campo, do conjunto de ações integradas do Plano Brasil sem Miséria, do Programa Brasil Carinhoso.

Portanto, V.Exa. está de parabéns. Fechamos um ciclo importante, de redução da extrema pobreza e das desigualdades sociais. É claro que, no próximo período, o Brasil terá que enfrentar o debate sobre quais parâmetros utilizará para analisar as desigualdades de renda e as desigualdades sociais. Será um desafio identificar, no futuro, indicadores adequados para que possamos fazê-lo.

Obviamente, é destempero do terceiro turno o que foi aqui apresentado pelo Deputado Ronaldo Caiado, que inclusive imputou ao Deputado Amauri Teixeira a divulgação de um nome que ainda está sendo cogitado pela imprensa, que ainda não foi oficialmente apresentado pela Presidenta, que também não apresentou a sua orientação. Isso decorre do terceiro turno. A Oposição ainda está perplexa, depois de ter sofrido mais uma derrota eleitoral. Ainda está perplexa com o resultado. Comemorou a vitória antes da conclusão da apuração. Está perplexa e defende todos os projetos de lei que causam despesas.

O Deputado Ronaldo Caiado disse que o Brasil tem uma carga tributária enorme, mas é contra o rebate da meta de superávit, em função das obras do PAC e da desoneração da folha de pagamentos de setores estratégicos da indústria, para que o Brasil não entre em recessão.

O problema é que a Oposição não se conforma com o fato de que a resposta do Governo da Presidenta Dilma à crise mundial não foi arrocho, desemprego e recessão. Como a Presidenta fez a escolha de enfrentar esse desafio reduzindo a meta de superávit, mas mantendo o nível de emprego, mantendo o investimento público, fazendo desoneração tributária para que as indústrias mantenham seus planos de investimentos, com o Brasil Maior, o Inovar-Auto, o Programa de Sustentação do Investimento, um conjunto de ações do Governo brasileiro.

É verdade que o PIB não é o que nós todos desejávamos, mas apostamos na recuperação da atividade econômica. Por isso, executamos uma política anticíclica.

O Deputado Ronaldo Caiado aqui defende que o Brasil tem carga tributária excessiva, mas é notório que a Oposição tem-se oposto às desonerações tributárias. Porque só existem duas alternativas... Podemos cumprir a meta de superávit, mas, para isso, vamos sustar os investimentos do PAC e suspender as desonerações. É



isso o que eles estão defendendo. Eles estão defendendo que o Brasil entre em recessão e que ocorra o que ocorreu durante o Governo FHC: aumento da pobreza, recessão, aumento da miséria. É isso o que eles estão defendendo. Nós, diferentemente deles, pretendemos manter o investimento público, manter o investimento privado, dar continuidade às políticas de inclusão produtiva, de redução do desemprego, de manutenção do nível de emprego e de manutenção do crescimento da massa salarial.

Portanto, é oportuna a sua vinda, Sra. Ministra. Quero parabenizá-la e agradecer-lhe por ter vindo, atendendo a um convite, e dizer que está suficientemente esclarecido o conjunto de questionamentos feitos a V.Exa., através dos requerimentos. Mas não podemos deixar de aproveitar a oportunidade para provocar o futuro próximo. O Deputado Caiado perguntou, e V.Exa., acertadamente, não respondeu. Não nos cabe a nenhum de nós aqui responder a isso. Caberá, se eventualmente a Presidenta da República realmente o convidar, a Joaquim Levy. E ele responderá conforme a orientação dela.

Deputado Caiado, se se confirmar esse convite, ele ocorrerá no momento em que o Congresso Nacional, soberanamente, estará apreciando o PLN que reduz a meta de superávit, porque entram no cômputo agora o investimento público do PAC e as desonerações. Então, quem está mudando de posição não é a Presidenta Dilma, porque ela mandou o PLN para o Congresso. Quem está mudando de posição não é o Governo brasileiro, que está perseverando, num ambiente de crise, numa política anticíclica.

E, diferentemente do que tem sido dito pela Oposição, em todas as oportunidades necessárias, tanto o Presidente Lula quanto a Presidenta Dilma, realizaram metas de superávit. É notório que, nessa trajetória de 12 anos, o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma, quando possível, em ambiente macroeconômico favorável, realizaram expressivas metas de superávit. Quando em ambiente macroeconômico desfavorável, optaram por políticas anticíclicas.

Nós implementamos um novo modelo de desenvolvimento no Brasil. Além do manuseio do tripé macroeconômico, apoiamos a economia solidária, apoiamos a economia familiar, promovemos um meio rural habitado, sustentável, generoso para o nosso povo. Setenta por cento dos alimentos consumidos pelos brasileiros, nas



idades — às vezes inclusive já selados por uma agroindústria de grande porte —, são produzidos, na zona rural, pela agricultura familiar.

O MDS tem um papel importante nisso, com a sua dotação orçamentária destinada ao PAA, a aquisição pela CONAB, com a distribuição direta para a população carente, que completa a política de transferência de renda e de redução da pobreza, através de um programa importante de segurança alimentar e nutricional.

Então, esses elementos todos somados propiciaram este resultado: a população, originalmente extremamente pobre e pobre, vive em condições cada vez melhores, com qualidade de vida.

O desafio é este: como vamos construir indicadores e aperfeiçoar os instrumentos de política pública para produzir resultados na redução das desigualdades sociais? Teremos que enfrentar no futuro próximo, obviamente, maior rigor fiscal — é da dinâmica da gestão macroeconômica. Em seguida a um ambiente de desonerações, de expressivos investimentos públicos numa política anticíclica, precisaremos realizar metas de superávit. É claro que a precificação da economia é importante, que a precificação de ativos é importante, mas, para nós, a qualidade de vida do povo é fundamental, a manutenção do nível de emprego e da renda é fundamental. Vamos perseverar, certamente, na produção de um país menos desigual. A construção desses indicadores será, para o próximo período, um desafio grande.

Tenho convicção de que V.Exa., Sra. Ministra, e a equipe do MDS darão uma contribuição muito importante para que, neste novo mandato da Presidenta Dilma, possamos também superar esses desafios e continuar a produzir um Brasil mais generoso e o povo brasileiro mais feliz.

Para concluir, Sr. Presidente, quero reiterar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa saudação à sua equipe e a V.Exa., Sra. Ministra. Todos sabemos que, nesses 4 anos, em diferentes momentos, inclusive da sua vida pessoal, V.Exa. se dedicou ao povo pobre do Brasil, como poucas pessoas fizeram.

Parabéns, Ministra Tereza Campello.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Bom, eu queria registrar ainda a presença de Deputados que não são membros da Comissão e que são bem-



vindos: do Deputado Sibá Machado, da Deputada Iriny Lopes e da Deputada Mara Gabrielli.

Seguindo a ordem dos inscritos, vamos ouvir agora o Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, fazendo força para não entrar no *script* da ditadura dos Líderes, que V.Exa. coloca muito bem (*riso*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - A culpa não é de V.Exas., não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - É do Regimento da Casa. E essa é uma opinião minha. É uma ditadura dos Líderes. Aqui os Líderes podem tudo, e os demais seguem.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Com certeza.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Augusto Coutinho, o meu colega Deputado Amauri Teixeira, a Ministra Tereza Campello, que, com grande dedicação e qualidade, desempenha esta honrosa tarefa de ser Ministra de um Ministério tão importante no Brasil atual. E quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares.

Ao abrir este diálogo, Sra. Ministra, quero dizer a V.Exa. que, na segunda-feira à noite, nós fizemos um debate muito forte na Comissão Mista de Orçamento. E existe outra regra na Casa: a de que, quando o Governo tem que enfrentar uma obstrução organizada e qualificada, como a que costuma fazer a nossa Oposição, naqueles dias o Governo quase não fala porque tem que votar rapidamente. E a Oposição, legitimamente, usa a palavra diversas vezes. Então, terminamos misturando os debates.

Quero contribuir para esta reflexão de hoje com a visão que eu tenho de que o Brasil avançou muito na valorização dessa pauta que é o combate à pobreza. Eu me lembro de que, no início do Governo Lula, quando a nossa então Ministra Benedita da Silva, que aqui nos honra com a sua presença, vinha debater o Programa Bolsa Família nesta Casa, o debate era este: bolsa-família ou bolsa-esmola? O debate era este: “*Essa bolsa-família serve para gerar uma legião de*



“pessoas que não quererão procurar um emprego no futuro porque estarão, de forma indolente, acomodando-se à ideia de que, ao receber a bolsa-família, não deverão procurar emprego?”

E fico feliz quando eu ouço o Deputado Ronaldo Caiado falar, hoje, porque percebo que ele mudou de opinião. E isso é muito positivo para a democracia, é a evolução do debate de ideias e fatos se sobrepondo a uma visão meramente ideologizada. Por exemplo, não ouvi nenhuma vez o candidato que o Deputado Caiado apoiou, o candidato Aécio Neves, chamar o Bolsa Família de bolsa-esmola. Ao contrário. Eu percebi — e aplaudo isto — que ele queria transformar o Bolsa Família numa política de Estado, o que, aliás, já é. O Cadastro Único, que é uma grande conquista das políticas sociais no Brasil, não pergunta para o cidadão, na hora em que vai receber o cartão do Bolsa Família, se é do partido A, B ou C, se ele professa a religião A, B ou C, se ele é negro ou branco. Não. Ele verifica critérios de interesse social de uma política destinada ao combate da desigualdade social.

E nós, de fato, temos um embate forte neste momento. Temos um embate que vem de muitos anos e que se acentua, Deputado Amauri, sobre qual política econômica é melhor para o Brasil. E a Oposição, legitimamente, faz um turno atrás do outro. Isso é normal. Não vou me queixar aqui. Pode haver terceiro turno, quarto turno, quinto turno. O debate é sempre bem-vindo. Mas a Oposição quer a política do arrocho fiscal.

Eu vou ler sete ou oito frases, para ficar dentro do meu tempo. Primeiro, quero ressaltar que respeito muito Simón Bolívar, mas não quero discutir os Governos da Venezuela e da Bolívia. Eu ouço uma fala de certa forma goebbeliana de parte da Oposição, que repete frases sobre a política econômica que não se comprovam na vida real.

Então, vou ler seis ou sete frases da vida econômica real do Brasil. A primeira delas é esta: *“Brasil tem o segundo maior superávit médio anual entre os países do G-20, nestes anos da crise mundial”*; a segunda: *“Vinte países do G-20 fazem déficit fiscal. O Brasil é um dos três que faz um pequeno superávit neste ano, para fazer uma política econômica contracíclica que prioriza emprego e prioriza distribuição de renda”*; a terceira: *“Temos, atualmente, o melhor nível de investimentos públicos em obras de infraestrutura dos últimos 20 anos, o que é uma enorme conquista para o*



Brasil” — Rodovia do Parque, para homenagear o meu amigo Deputado Ronaldo Zulke.

Imagino que em Goiás grandes obras são feitas. Gostaria de ver o Líder Caiado um dia citar alguma obra importante que o Governo Federal está fazendo em Goiás, para fazer uma oposição com equilíbrio, que reconheça conquistas, que faça críticas.

Quarta frase: *“Responsabilidade fiscal: assumimos o País, vindo da mão da Oposição, com uma dívida de 60% do PIB”*. Hoje, Deputada Rebecca Garcia, essa dívida é de 36% do PIB. Então, o nosso Governo é responsável fiscalmente. Recebemos o País com reservas de 38 bilhões de dólares. Hoje temos reservas de 377 bilhões de dólares, ou seja, temos uma economia sólida.

Eu ouvi, numa entrevista, um Líder da Oposição dizer que a alteração do superávit ia quebrar o Brasil. Mas não vi a Presidenta Dilma, com o Ministro Mantega, na porta do FMI, pedindo dinheiro emprestado. Eu vi o Governo Fernando Henrique ir três vezes ao FMI pedir dinheiro emprestado. Aliás, parte dessa dívida nós pagamos durante o atual Governo.

Não há país quebrado, há país fazendo política econômica contracíclica. Isso é o que está acontecendo. E, felizmente, a maioria da Câmara e do Senado está apoiando essa mudança.

Quinta frase: *“Temos hoje o menor nível de desemprego da história do Brasil, ao mesmo tempo em que o mundo acumula uma perda de 60 milhões de empregos, desde que a crise de 2008 se desencadeou”* — e é uma crise fruto de uma visão de política econômica que era predominante no Governo anterior.

Sexta frase — a esta eu quero dar ênfase, Deputado Amauri, porque poderia ser a manchete de um grande jornal do Brasil, hoje: *“Brasil fecha o 12º ano consecutivo cumprindo as metas de inflação”*. Ministra Tereza Campello, são 12 anos seguidos cumprindo as metas de inflação. E o Deputado Caiado só me diz que a meta de inflação vai estourar. Mas não estourou em 12 anos. Durante os 8 anos em que eles estavam no Governo, estourou três vezes.

Aliás, eu estou aqui com o boletim *Focus*. Na crise econômica de 1995, 1996 e 1997, que era fichinha perto da crise econômica que se desencadeou em 2008, sabe qual foi o resultado fiscal do Governo deles, meu conterrâneo, Deputado Daniel



Bordignon, no ano de 1997? Um por cento do PIB, de déficit. Nós estamos querendo diminuir o superávit, e eles estão dizendo que vamos quebrar o País! Naquela crise, que não era a metade dessa, eles fizeram 1% de déficit do PIB. Então, está faltando uma linha de tempo com mais coerência para a Oposição.

E eu vou encerrar, Sr. Presidente, com uma frase em tom de brincadeira. Os meus debates com todos os Líderes da Oposição sempre têm que ser feitos com bom humor, com tranquilidade e com bom diálogo. Agora eu tenho que brincar com o Deputado Caiado. Realmente, as sugestões ministeriais cabem mesmo a Deputados como o Deputado Amauri, a Deputados como esses que apoiaram a Presidenta Dilma, mas cabe, acima de tudo, à Presidenta Dilma, que recebeu 54 milhões de votos, do poder que emana do povo, com total legitimidade, e que, com toda a tranquilidade, vai fazer a nomeação do seu Ministério. E aí nós vamos trabalhar para continuar resolvendo os problemas do nosso País e melhorando a distribuição de renda.

Esta é a minha última frase: *“Se tem assunto que realmente vai ser difícil para a Oposição tentar comprovar para o Brasil é que a distribuição de renda, que está acontecendo hoje, não é melhor do que a distribuição de renda que não acontecia no período em que a Oposição estava governando”*. Talvez ainda hoje de tarde eu possa ter o voto do Deputado Caiado no plenário, para realmente ter a redução do superávit, porque isso é bom para o Brasil. Eu não estou ouvindo os Governadores da Oposição criticarem a redução do superávit primário. Eles acham que é uma política econômica correta reduzir o superávit primário. Eu vejo o Presidente da CNI elogiar a redução do superávit primário, porque a política econômica é correta. Isso não é ideologia. É uma necessidade de se preservar emprego, renda e a indústria do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu gostaria de falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Tempo de Liderança para o Deputado Caiado.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Eu queria falar pela Liderança do PP. Eu estava esperando a minha vez. Botei meu nome. Não queria usar, de



maneira alguma, a prerrogativa de Vice-Líder do partido para falar pela Liderança do PP, mas eu não vejo alternativa a não ser usar essa prerrogativa, que, assim como o senhor, eu também acho que faz parte de uma ditadura desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Eu queria apenas comunicar aos Deputados da Comissão que nós vamos, depois, fazer a nossa reunião ordinária. Queria pedir para que fiquem aqui, porque a gente tem muitos projetos para trabalhar e votar. A Comissão precisa produzir e limpar toda a pauta. Essa é a nossa missão.

Com a palavra o nobre Deputado Caiado, que pediu para falar como Líder. Depois, passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado, Sr. Presidente.

É importante que possamos ter aqui espaço para contraditar. Por esse motivo, reservei o tempo de Líder para poder desmistificar algumas lendas que o Governo do PT tenta transmitir para a sociedade brasileira e dizer claramente para todos que estão nos ouvindo neste momento quem é o verdadeiro autor de *“O apoio ao combate à pobreza das pessoas é bolsa-esmola”*. Quem cunhou essa frase? Quem é o dono dessa frase? É o Lula. Está na mídia toda. D. Ruth Cardoso, a Primeira-Dama deste País, teve a coragem de fazer esse enfrentamento, teve a coragem de iniciar esse trabalho. Hoje, infelizmente, o PT não tem sequer a lealdade de reconhecer o trabalho que foi feito à época por essa Primeira-Dama, que foi uma referência no País, pela sua dedicação e o seu apoio no sentido de resgatar a cidadania e a dignidade dos cidadãos deste País. Foi ela que iniciou esse trabalho. E o Lula vem para um programa de televisão e diz que aquilo que Ruth Cardoso estava fazendo era uma *“bolsa-esmola”*. Lula. Quem falou *“bolsa-esmola”* foi Lula. Mandetta, essa é a realidade, que eles querem agora desvirtuar. Quem falou em arrocho fiscal? O Líder Afonso Florence. Na sua fala, diz: *“Agora nós temos que ter, no próximo ano, maior rigor fiscal.”* O que é maior rigor fiscal? Arrocho fiscal.

Ora, se a política fosse tão maravilhosa assim, por que demitir Guido Mantega, se ele é um craque, se ele é o homem que deu conta de construir um projeto econômico capaz de dar emprego, conter a inflação, atender a todos os programas sociais? Por que demiti-lo? Por que ele está sendo execrado hoje pelo PT? Quer dizer, essa é uma realidade. Agora, execram o Guido Mantega, que é



originário do PT, e trazem o Tombini, do FMI, para o Banco Central. Antigamente era o Meirelles. Agora tem o Tombini, do FMI, e o Levy, que é do sistema financeiro.

Mas que incoerência é essa? Esse é o Governo do PT. Quer dizer, quando herdou de nós a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Real, toda a assepsia do sistema financeiro, condições de combate à inflação, inflação próxima a zero, aí o Governo teve o período Lula. Agora, a Presidente Dilma está deixando o espólio. Essa é a herança maldita que ela precisa dizer como vai combater.

E ela está combatendo como? Trazendo exatamente as pessoas que não fazem parte do Governo do PT. Os petistas estão demitidos da política econômica do País — demitidos. Não entram nem no Ministério da Fazenda. Estão proibidos de entrar lá a partir de 2015 — interditados. É política macroeconômica, é política ortodoxa, é exatamente aquilo que hoje a Presidente Dilma está pedindo, trazendo essas pessoas para o comando da sua política econômica.

Agora, querer vir aqui o Deputado Fontana, o Deputado Afonso Florence pousar de que é o combate ao superávit, que os outros países não têm superávit.

Rapidamente, Sr. Presidente, ninguém aqui está discutindo superávit. O que nós estamos discutindo é a maquiagem que está sendo feita para dizer que atendeu o superávit fiscal.

E nesse ponto eu chamo a atenção de todos. Nós vimos o que aconteceu na PETROBRAS, fruto de propina surgiram preços superfaturados. Vejam bem o que vai acontecer nessas obras do PAC, quando nós instalarmos a CPI. Um estádio aqui de Brasília teve um custo para o PAC de 1 bilhão e 800 milhões. O preço real desse estádio? Um bilhão; 800 milhões é sobrepreço. Isso vai ficar esclarecido quando nós instalarmos a CPI do PAC.

O que nós estamos fazendo? Escriturando sobrepreço. Ou seja, nós estamos escriturando fruto de corrupção para apresentar e escriturar como meta de superávit fiscal. Veja bem que absurdo! Quer dizer, um investimento que custa 1 bilhão, está sendo apresentado no superávit fiscal como 1 bilhão e 800 milhões; 1 bilhão e 800 milhões entra como investimento para atender o superávit, enquanto 800 milhões é dinheiro de sobrepreço e de propina.

Escriturar corrupção. É por isso que o Brasil...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Ronaldo Caiado, queira...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Para concluir. Falta exatamente 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Mas a Presidência tem dado 1 minuto a cada Deputado. Nós temos sido condescendentes com todos.

Deputado Ronaldo Caiado, 1 minuto está reservado a V.Exa. Por favor, queira concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Recomponha-me os 30 segundos que ele me apartou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado, por favor, contribua com os trabalhos. A Presidência tem sido democrática.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pois não. Então, Sr. Presidente, isso mostra a irresponsabilidade fiscal desse Governo. Às vésperas da eleição, está aqui, são dados oficiais também, o superávit primário passou a ser déficit primário em agosto: menos 10 bilhões e 400 milhões. Em setembro, menos 20 bilhões de reais. Que responsabilidade tem um Governo que, às vésperas da eleição, leva o País a ter exatamente esse déficit primário de 34 bilhões de reais? Às vésperas de eleição, para configurar a fraude eleitoral.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que essa eleição não foi uma eleição onde se cumpriram as regras da ética e da moralidade. Foi uma eleição onde, sem dúvida nenhuma, foi utilizado o jogo baixo, o jogo da utilização da máquina do Governo para reconduzir a Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Eu combinei com a Ministra que nós vamos ouvir os Deputados inscritos e, depois, ela faz uma fala final, com as observações que assim achar importantes.

Chamo a atenção, mais uma vez, dos Deputados da Comissão que nós vamos ter uma reunião ao final desta audiência pública.

Passo a palavra à Deputada Rebecca Garcia.

Registro a presença do Deputado Abelardo Lupion. Seja bem-vindo, Deputado.



Vou passar a presidência ao Deputado Amauri Teixeira, para proceder a uma votação na Comissão do Trabalho. Já volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Amauri Teixeira) - Com a palavra a Deputada Rebecca Garcia, como Líder do PP.

A SRA. DEPUTADA REBECCA GARCIA - Sra. Ministra, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero agradecer a presença da Sra. Ministra, que nos traz essa quantidade de informações, e parabenizar o Governo pelos programas sociais.

Eu venho da Região Norte do País, do Amazonas, e um recente estudo do PNUD e do IPEA nos demonstra o quanto tem sido importante o investimento social feito tanto na Região Nordeste quanto na Região Norte, diminuindo bastante a diferença entre a capital mais e menos rica do País. E é interessante colocar que, ainda assim, São Paulo cresceu. A diferença entre São Paulo e Manaus, que era de 22%, passa a ser apenas de 10%, considerando que São Paulo cresceu 11%. Então, a diferença é ainda maior em números totais. Gostaria de parabenizar o Governo por isso.

Esse é o resultado de um programa social que tem dado certo. Infelizmente, a Presidenta tem sido acusada por ter feito uma opção pelos mais pobres, por ter feito uma opção pelas franjas do País e ter apostado, naquele momento — e ainda é importante —, em investir socialmente nas Regiões Norte e Nordeste.

Queria também parabenizar o Governo por entender que a mulher é uma variável importante para o desenvolvimento do País. E a mulher tem sido o centro dos programas sociais desse Governo. Isso é importantíssimo. Os números demonstram que, se investir na mulher, você consegue transferir esse investimento para toda a família, diferente do homem. Não que as mulheres sejam melhores ou piores, mas, enfim, é assim que funciona. E entendo que a Presidenta Dilma e seu Ministério tomaram a decisão correta em colocar a mulher como centro desse investimento social.

Infelizmente, o Deputado Caiado se retirou, porque eu gostaria de pontuar alguns temas colocados aqui por S.Exa., como a questão dos serviços apresentados à sociedade. Concordo com o Deputado quando diz que país rico é país com serviços. Agora é importante pontuar também que quem gerencia os serviços são o



Governo do Estado e as Prefeituras. Esses serviços são gerenciados não pela Presidência da República, não pelo Executivo Federal, mas pelos Governos Estaduais e suas Prefeituras. Então, precisamos, sim, fiscalizar nossos Governadores e Prefeitos para que estejam dando fins corretos aos recursos repassados pelo Governo Federal, o que tem sido feito sim.

Gostaria também de sugerir, num tom um pouco de crítica, que, em relação aos programas sociais, eu entendo que seria importante, Ministra, que houvesse um gerenciamento federal regional, com um representante regional, porque o processo eleitoral nos permite caminhar muito pelos Estados, Municípios e lugares mais distantes dos Estados. E houve aí, de minha parte e também de alguns colegas, a percepção de que muitas vezes alguns programas sociais estavam sendo usados pelas Prefeituras locais como troca de moeda eleitoral. Isso, muitas vezes, até prejudicando o próprio Governo Federal. Então, eu entendo como necessária a formação de um gerenciamento federal regional para que esses programas sejam acompanhados mais de perto.

No mais, termino citando outro tema que o Deputado Caiado colocou aqui, do porquê de a Presidenta Dilma escolher nomes de fora do PT. Foi um compromisso da própria Presidenta a mudança. Então, atendendo a um apelo da população do País, ela precisaria mudar. E é importante mudar e renovar os seus quadros. A mudança é importante em todos os aspectos. Eu sou uma defensora da renovação, e vejo que renovar os quadros é importante para uma oxigenação do próprio Governo.

Sinta-se, Ministra, muito à vontade por não ter respondido àquelas questões em relação à economia, do Deputado Caiado, porque eu fiquei aqui muito atenta para ver se a senhora iria responder, porque, se respondesse, eu mesma defenderia o seu nome para a Fazenda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Amauri Teixeira) - Os próximos Deputados inscritos, membros da Comissão, são: Ronaldo Zulke, Pedro Eugênio, Mandetta, Sibá Machado, Iriny Lopes, Mara Gabrilli. E os não membros: Amauri Teixeira, Nilda Gondim e Benedita da Silva.



Vamos ouvir primeiramente os membros da Comissão. Consideramos encerradas as inscrições, para não termos aqui uma flutuação, como é comum. Apenas os Deputados inscritos vão falar.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero inicialmente saudar todos, em especial a nossa convidada, Ministra Tereza Campello, pernambucana que passa por Minas, mas deixa grande contribuição para o Rio Grande do Sul. É um prazer enorme revê-la. E eu queria aproveitar a oportunidade para dizer da alegria e do orgulho de todos nós gaúchos pelo trabalho que a senhora vem desenvolvendo nesse tão importante Ministério do nosso Governo.

Também quero aproveitar a oportunidade para deixar aqui o testemunho que, de fato, todos os dados aqui apresentados pela Ministra têm, digamos assim, presença efetiva na realidade no Rio Grande, onde nós, percorrendo as vilas, os bairros pobres das nossas cidades, mas também as portas de fábricas, testemunhamos isso que acabou de ser apresentado aqui. Ou seja, os programas sociais do nosso Governo têm uma repercussão concreta na vida das pessoas. Talvez alguns, aliás, os arautos do caos, porque circulam apenas nas mansões, porque circulam apenas nos palacetes rurais, possam não testemunhar isso. Mas eu quero deixar aqui esse testemunho: é incontestável que os números aqui apresentados pela Ministra estão dialogando diretamente com a realidade de vida do povo brasileiro, em especial, no nosso caso, do povo do Rio Grande.

Observando esses dados, colegas Deputadas e Deputados, eu me lembrei da afirmação de uma economista da qual quero me socorrer para, digamos assim, confirmar exatamente a sua tese. Todos os gráficos mostrados pela Ministra indicam que houve redução da pobreza no nosso País, houve uma melhora na condição de vida especialmente de milhões de brasileiros que antes estavam marginalizados, excluídos do processo de distribuição da riqueza.

Maria da Conceição Tavares diz que, no Brasil, felizmente está acontecendo um processo combinado de desenvolvimento econômico e regional com distribuição de renda e com inclusão social. E é exatamente isso o que os números trazidos pela Ministra confirmam. Felizmente, estamos vivendo um momento no País em que o



desenvolvimento econômico se traduz no aumento de empregos. Os números dos empregos gerados são claros, o índice de desemprego é o mais baixo de toda a história do nosso País, desde que se conhecem as pesquisas. Portanto, é fatídico isso que está dizendo Maria da Conceição Tavares.

Da mesma forma, a distribuição de renda com o salário, que tem o seu poder de compra ampliado em todas as categorias. Não apenas o salário mínimo teve incremento no seu poder de compra de mais de 70% acima da inflação, mas todas as faixas de salário. Quem vive do salário, aqueles que trabalham, aqueles que batem cartão neste País tiveram aumento no seu poder de compra.

E, por fim, temos os programas sociais desenvolvidos pelo nosso Governo, entre eles em destaque o Bolsa Família, mas não apenas o Bolsa Família, o PRONATEC, o PROUNI. Aliás, em relação ao PRONATEC, diga-se de passagem, no Rio Grande nós somos campeões, batemos recordes nos cursos desenvolvidos pelo programa para exatamente aquelas famílias, aquelas pessoas mais necessitadas disso.

Então, esse conjunto de políticas sociais — vou concluir — se traduziram nisso, num projeto político generoso com o povo brasileiro e que foi perfeitamente compreendido, ao contrário do discurso dos arautos do caos, que foi amplificado pela grande mídia. E é isto o que o povo brasileiro demonstrou no resultado eleitoral, reconhecendo a grandeza e a generosidade desse projeto político, aqui representado pela Ministra.

Encerro parabenizando, mais uma vez, a Ministra e toda a sua equipe pelo trabalho desenvolvido. Muito nos orgulha a todos os gaúchos e brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Amauri Teixeira) - Nós vamos manter a dinâmica do Presidente Augusto Coutinho e tolerar 1 minuto de acréscimo para todos os oradores, de forma igual. Então, quando der 1 minuto de acréscimo nós vamos encerrar, para não haver problema.

A Deputada Mara Gabrilli usará a palavra como Vice-Líder do PSDB.

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Muito obrigada.

É um prazer recebê-la, Ministra.

Eu queria expor algo que me preocupa muito. Eu queria falar sobre o Benefício de Prestação Continuada. O que acontece hoje é que, como critério de



elegibilidade para obter esse benefício, a família deve ter uma renda familiar *per capita* de um quarto de salário mínimo. O Supremo Tribunal Federal decidiu, recentemente, passar esse um quarto para um meio de salário mínimo. Ainda é muito pouco, mas já é o dobro. Essa decisão principalmente diz respeito a idosos. E a minha preocupação é que tanto o Executivo quanto o Legislativo até agora não se manifestaram para uma mudança no que diz respeito às pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada.

É assim: houve a ação do Judiciário. Eu até, por responsabilidade, coloquei esse texto na Lei Brasileira da Inclusão, um projeto que eu relato, o estatuto da pessoa com deficiência, que teve uma mudança de nome a pedido da sociedade, colocando essa mudança de critério para um meio. E eu queria saber como o Governo se posiciona, se existe essa discussão, se existe essa preocupação não só em relação ao aumento do critério no que diz respeito à renda, mas em outros critérios que também poderiam ser usados, como, até no caso da pessoa com deficiência, a funcionalidade da pessoa. Dependendo da deficiência, a pessoa tem menos ou mais funcionalidades que poderiam ser levadas em consideração, até uma visão de critério que usasse uma visão não só médica, mas muito mais social. Então, eu tenho essa preocupação.

Eu estava olhando aqui no catálogo que nunca se menciona a pessoa com deficiência. E eu tenho uma preocupação também muito grande com relação aos CRAS, porque os programas do CRAS não contemplam esse público. E a gente sabe que a família que tem uma pessoa com deficiência acaba ficando numa situação vulnerável, principalmente no que diz respeito ao cuidador familiar. O cuidador familiar passa a ser abnegado e cuida dessa pessoa com deficiência. Então, a mãe é mãe, cuidadora, na maioria das vezes deixa de ser esposa, e isso acaba criando uma dinâmica que deixa a família sensível, vulnerável, e muitas vezes até destrói o laço familiar. Com os CRAS não tendo um programa específico para as pessoas com deficiência, como têm os CREAS, acho que a gente fica com uma vulnerabilidade muito grande no que diz respeito a vínculo e laços familiares.

São essas duas preocupações que tenho com relação ao Benefício de Prestação Continuada, que está nesse projeto. Queria até que a Sra. Ministra olhasse isso com carinho e com relação aos CRAS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Amauri Teixeira) - Obrigado, Deputada Mara. Próximos inscritos são os Deputados Pedro Eugênio e Mandetta e a Deputada Benedita da Silva.

Tem a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Saúdo o Deputado Amauri, que preside esta reunião, a Ministra Tereza Campello, por estar conosco fazendo este debate. Aliás, debate que já tivemos oportunidade de fazer, por exemplo, na Bancada do Nordeste, quando convidamos S.Exa. a comparecer. Discutíamos exatamente questões ligadas à política nacional de inclusão social, que criou, que vem aperfeiçoando uma importante rede de proteção social no País.

Este é um primeiro aspecto para o qual pretendia chamar a atenção. O Governo da Presidente Dilma, desde o Governo do Presidente Lula, vem criando de forma sistemática uma política de inclusão social da qual fazem parte o Programa Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria. Dessa política faz parte também o Programa Um Milhão de Cisternas, que propiciou a primeira cisterna e já parte para a segunda. Isso é importantíssimo para nós que conhecemos bem o interior do Nordeste, o Semiárido. Sabemos da revolução que representa para uma família ter a oportunidade de ter a segunda cisterna para a produção.

Cito também as creches. A questão das creches é importantíssima ser ressaltada como parte desse esforço geral do País de constituir mecanismos de ascensão social consistentes, capazes de atender crianças desde pequeninas e levá-las a terem condições de entrar numa universidade. Estão incluídos também o PROUNI, o PRONATEC, digamos no meio do campo, e o Programa Creche Escola.

Sra. Ministra, tenho certeza de que em 20 anos teremos uma geração de brasileiros absolutamente diferente no sentido de, sem discriminação de origem econômica ou social, poder disputar na sociedade, não só economicamente, mas politicamente também, porque cidadãos que têm a formação educacional desde o começo têm condição, sem dúvida muito melhor, de estar nessa disputa. Cito ainda a questão do transporte escolar. São muitos casos que temos que nos referir.

Portanto, pinçar um dado pontual de uma curva, que é descente — e refiro-me à redução da miséria —, e fazer disso um instrumento de discussão eleitoral é



algo que até entendemos, quando a Oposição, na falta de mais argumentos consistentes tenha feito. Mas o importante é a curva, o importante é a tendência.

No Nordeste ocorre fato relevante algo que discutimos em nossa audiência, em nosso café da manhã: a diminuição consistente e permanente do hiato, não só da pobreza, mas do hiato que separa os indicadores de pobreza no Nordeste dos indicadores nacionais. Se na área econômica, apesar de todos os avanços, projetos e investimentos, ainda mantemos os 13% do Nordeste, precisamos avançar mais na área social.

Deputado Amauri, como V.Exa. sabe muito bem, estamos reduzindo índices. E isso não foi à toa, não foi obra do acaso, foi e tem sido obra desse trabalho consistente e permanente que o Governo vem fazendo. Saúdo V.Exa., Sra. Ministra, pelo trabalho que tem feito à frente do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Amauri Teixeira) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Mandetta, por 3 minutos mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sra. Ministra, bom dia. Parabéns a V.Exa. pelo trabalho.

Quando analisamos os programas de transferências de renda não podemos analisar o Brasil fora de um contexto global. Na América do Sul, passamos por algumas fases todos juntos, não dissociados. Viemos todos de regimes militares, com hiperinflação. Depois, passamos todos por fases de redemocratização. Mais adiante, passamos por fase de estabilização de moeda. Bem mais adiante, estamos passando todos por fase de redistribuição de renda.

Neste momento de redistribuição de renda, é muito comum, é muito tentador, é muito sedutor, às vezes, a apropriação por indivíduos — e aí a questão torna-se algo populista, como já vimos na América do Sul, não vou citar nomes — ou por governos que fazem dessa transferência uma política que se desdobra até na ocasião das eleições.

Um dos indicadores que mais me preocupam no programa não é o número ascendente. Parece-me que, quando a cada ano aumento o número de pessoas incluídas, a questão vai na contramão do que seria o sucesso do programa e não um indicador de qualidade ou de sucesso do programa.



Sra. Ministra, em 2004, saímos de um Orçamento de 5,5 bilhões para um atendimento de 6 milhões 600 mil famílias, e chegamos, em 2013 — último dado que tenho —, a 20,6 bilhões, com 14,1 milhões de famílias, algo em torno de 50 milhões de pessoas, seria uma estimativa, ou seja, 1 quarto da população incluída no programa. E não vimos e não vemos — a chamada boca de um funil muito larga — a boca de saída da condição desse programa. O que dá cidadania é o pleno emprego, a capacitação, a liberdade de ir e de vir para exercê-la.

Quando observamos o índice de desemprego, que é recorde histórico, verificamos que essas pessoas quando entram para a economia formal, quando conseguem empregos, perdem a condição de estar no Bolsa Família. Isso é quase como uma penalidade para aquele que está na ponta. Os gestores municipais, os funcionários municipais têm sempre a sensação de que eles serão os porta-vozes de que a pessoa está perdendo um benefício. Aí ocorre a perigosa associação política com a gestão do programa com essa ambição.

O seguro-desemprego bateu recorde, com quase 18 bilhões de reais. Anunciam-se ajustes nos benefícios sociais, que seriam o alvo dos possíveis arrochos fiscais pelos quais passaremos.

Pergunto a V.Exa. quais são os instrumentos, qual a medição de saída e qual é o balanço. Olhando com esse critério, quantas pessoas V.Exa. pretende retirar do Bolsa Família? Existem políticas? Por exemplo, cotas de empregos por parte das empreiteiras, que tanto trabalham nas obras do PAC. Há cotas para contratação de pessoas oriundas do Programa Bolsa Família? E assim sucessivamente. Existem programas que possam ter um *marketing* tão bem feito, mas que gerem liberdade e cidadania e não gerem aprisionamento da sua vida política e cidadã por parte do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Augusto Coutinho, o Sr. Deputado Amauri Teixeira e a nossa querida Ministra Tereza Campello, da qual me orgulho muito não só pela exposição feita, aqui, mas tudo o quanto tem feito por nosso País,



para os chamados menos favorecidos, os mais pobres deste País, colocando, sem dúvida, a sua competência, as suas digitais profissionais num dos maiores momentos da população pobre brasileira.

Quero dizer, Ministra, que talvez por idade, que sempre enfatizo, e não por opção ideológica, eu tenha sabido medir o que significa para os pobres o Brasil de hoje e o Brasil de ontem. Por isso, percebo os impactos que todas essas medidas tiveram na vida dessa população pobre.

A seriedade dos dados aqui colocados pela Sra. Ministra faz com que continuemos acreditando neste País e na busca de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Nesse sentido, muito mais do que fazer uma oposição ou ideologicamente querer se contrapor a algo que está dando certo para um grande e expressivo segmento da sociedade brasileira, é preciso ver com carinho o projeto Ação Brasil Carinhoso. O que significa esse projeto? Muito mais do que um direito da criança, é um presente com um futuro para o País, porque não sabíamos o que fazer com as crianças de 0 a 3 anos. Esse programa vai beneficiar milhares de brasileiros e brasileiras que nascem a cada dia.

Pela história que conhecemos de projetos e programas habitacionais, nunca antes na história habitacional do País tivemos um programa como o Minha Casa Minha Vida, que alcançou não só aqueles que nunca tiveram a oportunidade de ter a sua casa própria, mas também aqueles que lutaram para ter sua casa própria, inclusive aqueles que tiveram seus recursos confiscados, quando, no sonho de ter a sua casa, juntaram um dinheirinho na Caixa Econômica.

Então, é importante perceber que essa assistência social é consistente, não é um assistencialismo puro e simplesmente, porque criamos os equipamentos, os mecanismos que vão fazer com que essa rede de proteção seja poderosa e extensa e que, na busca ativa, vá de encontro àqueles inacessíveis a qualquer tipo de serviço. E vemos as pessoas terem, pela primeira vez, sua certidão de nascimento. Se uma pessoa não tem certidão de nascimento, significa que ela não está incluída em nenhum programa, porque ela não existe.

Então, isso é muito sério e muito forte para quem quer um Brasil gigante, um Brasil que cresça, para quem quer ter um Brasil com muita responsabilidade. Nós



sabemos que existem outros grandes desafios, e estamos vivendo um momento em que tanto a Situação quanto a Oposição deveriam estar tomando isso para si, consagrando, porque estamos projetando um novo Brasil para o mundo, um Brasil que está cuidando das suas mulheres, um Brasil que está cuidando dos seus índios e dos seus negros. Nós não estamos falando de poucas pessoas, não estamos falando apenas de um segmento, nós estamos falando da maioria da população brasileira. E essa maioria da população está incluída na pobreza porque saíram da miséria.

Por isso, Sra. Ministra, quero parabenizá-la, mais uma vez, e dizer que a escolha da Presidenta foi muito importante para nós. Mantê-la nessa Pasta significa que teremos cada dia mais alguém com determinação, conhecimento para podermos, nesses novos desafios, avançar na política social para o País. Quero agradecer-lhe, mais vez, pela presença nesse belíssimo encontro.

Ouvi o Deputado Mandetta dizer qual seria a saída para o Bolsa Família. Uma das coisas mais importantes é que o Bolsa Família é uma transferência de renda e que pessoas já estão saindo do programa, naturalmente. Isso significa que foram incorporadas a outras oportunidades e a outros benefícios e que não precisam mais do Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Todos os Deputados inscritos já falaram. Vou passar a palavra para a Sra. Ministra para fazer suas considerações finais e encerrarmos o primeiro item da reunião.

Depois daremos prosseguimento à nossa reunião deliberativa.

Ministra, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Bom, eu aqui tenho a agradecer a oportunidade. Eu acho que as políticas sociais no Brasil têm conseguido avançar muito, nós não estivemos parados nesses 12 anos, e certamente a troca aqui com os senhores nos ajuda a continuar avançando.

Eu identifiquei apenas duas questões que mereceriam ser mencionadas para aprofundar um pouco o debate e eventualmente serem respondidas. Primeiro, com relação principalmente às questões ligadas ao BPC e às ações do CRAS. Eu acho que esse é um debate longo, Deputado. Vou tentar tocar em algumas questões e vou me colocar à disposição para podermos eventualmente fazer uma conversa



mais específica, porque não era nosso tema aqui, eu até estou sem alguns documentos.

Mas eu acho que existe uma dificuldade grande em termos critérios que não sejam somente os de renda para tratar com o BPC. Por quê? Porque isso torna muito complexa a decisão lá na ponta. Os senhores sabem que nós não temos uma rede que tenha condições de tratar de critérios variados. Eu não estou dizendo que não seria justo, mas, no território de um país como o nosso, tornaria de grande complexidade o processo se tivéssemos como critérios para benefícios assistenciais e ingresso nas políticas, seja de pessoas idosas, seja de pessoas com deficiência, critérios outros além da renda. Isso tornaria o processo de uma complexidade gigantesca, abrindo espaço não só para um aumento muito grande da estrutura burocrática necessária para que a gente trate dele, como para eventuais descontroles com relação à aferição dessa tomada de decisão por parte dos servidores.

Eu acho que esse é um debate que nós vamos ter que enfrentar. Não diz respeito apenas às pessoas com deficiência; é um debate que nós vamos ter que enfrentar porque é também um tema que o Judiciário está impondo para tomada de decisão de renda com relação aos idosos que também têm direito ao Benefício de Prestação Continuada. Então, acho que esse é um debate que se vai ter que colocar na Casa no próximo período. Eventualmente, se a senhora tiver interesse, eu acho que a gente podia fazer essa discussão. Eu me coloco à disposição no MDS.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Então, esse debate começou a acontecer. Eu só queria levantar até que ponto sustentamos e suportamos, na nossa rede de proteção, que esse debate aconteça de forma simplificada. Portanto, isso transformaria o BPC numa outra coisa. Eu acho que a gente deveria fazer uma discussão específica. É um debate longo esse; inclusive no Judiciário ele é longuíssimo. Então, acho que é difícil fazê-lo aqui agora: eu não estaria com todos os elementos para a gente poder aprofundar a discussão.

Com relação ao CRAS, acho que a rede de assistência social no Brasil talvez seja a mais nova de todas...

Pois não, desculpe-me.



A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Só falando do BPC, em relação à questão da passagem de um quarto para meio salário mínimo, aí não é uma discussão de outras formas de critério.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Olha, eu acho que também deveríamos fazer esse debate aqui; seria mais que dobrarmos o valor do BPC. O BPC hoje, de longe, é o maior gasto na rede de proteção assistencial no Brasil, muito acima do Bolsa Família, atende, hoje, a 4 milhões de pessoas. Você não só dobraria o valor para esses 4 milhões de pessoas, como você aumentaria o percentual, a quantidade de pessoas que teriam direito ao BPC. É um custo gigantesco para o País e para a área de assistência social. Eu acho que não é só um debate de justiça social que a gente tem que fazer. E até que ponto a gente suporta uma rede de proteção que envolve 14 milhões de famílias, que custa 26 bilhões? Hoje o BPC custaria muito mais que isso. É um debate de quanto o País suporta hoje de crescimento da área de assistência, que foi a área que maior crescimento teve no último período, e não só por causa do Bolsa Família.

O BPC eu acho que é muito pouco discutido, há pouca luz sobre ele. Há um debate intenso sobre o Bolsa Família, e ninguém discute o BPC. Eu acho que a gente deveria discuti-lo. São 4 milhões de pessoas beneficiadas a um custo muito acima do custo do Bolsa Família, que atinge 14 milhões de pessoas. Eu sei que são benefícios de natureza diferenciada, mas eu acho que fazer um debate sobre dobrar a renda... Eu gostaria de poder fazer esse debate também com relação a idosos. Eu acho que talvez até fosse mais justo tratar de pessoas com deficiência do que fazer a discussão sobre idosos, mas a gente está chegando realmente a uma situação sem debate, com um processo de judicialização gigantesco das causas sociais no Brasil. Eu não acho que esse seja o caminho adequado, porque acaba que quem tem acesso a advogado consegue ganhar, e quem não tem não consegue. Ainda mais se se tratar de pessoas de baixa renda, eu acho que o debate deve ser feito não através de um processo de decisão judicial, mas aqui nesta Casa.

Com relação ao Centro de Referência de Assistência Social — CRAS, eu acho que a rede de assistência social ainda tem muito que avançar no Brasil. Ela é a rede de serviços universais mais recente. O processo de construção do SUS é um processo ainda muito novo. Eu acho que o processo de qualificação dos nossos



servidores recém começou. Nós estamos com um grande processo em curso de capacitação da rede de assistência social exatamente para que possamos dar um atendimento diferenciado para as diferentes vulnerabilidades que a população tem.

Eu acho que nós estamos muito longe ainda do que deveríamos prestar de serviço de assistência social no Brasil, porque a rede é nova, começou a ser construída agora. Iniciamos a construção do CRAS com a nossa Benedita querida, que criou o CRAS e organizou a rede federal, que nem existia no Brasil. Então, nós temos praticamente 10 anos de construção de rede de equipamentos públicos financiados pelo Governo Federal. Agora, a nossa ideia — e é isto que é contemplado dentro do SUS — é que o CRAS seja similar a um posto de saúde, à unidade básica de atendimento da população; que ele não seja uma rede especializada nem para jovens egressos de medida judicial nem para mulheres vítimas de violência nem para pessoas com deficiência, que exigiriam um tratamento diferenciado; que o CRAS seja, como é no caso do equipamento de saúde, um serviço básico, e que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS realmente seja um serviço especializado.

No caso da área de assistência que tem ligação específica com as pessoas com deficiência, nós estamos construindo outro equipamento que ainda eu acho que está em situação de avaliação: os equipamentos do programa Viver sem Limite, o Centro-Dia — não sei se a senhora já ouviu falar do Centro-Dia —, que tenta trabalhar exatamente com essa ideia de ter um equipamento, digamos, misto, em que há profissionais tanto da área de assistência, quanto da área de saúde, no qual as pessoas com nível alto de independência por situação de deficiência física possam passar o dia, recebendo cuidados e tendo convivência nesse espaço. Mas é um espaço que ainda não conseguimos massificar. Então, nós temos poucos centros. Começou recentemente: há menos de 1 ano que começamos a construir esses equipamentos, há um por capital, acho que na Cidade de São Paulo é onde temos mais. Então, estamos ainda começando, e cumpriria um pouco esse papel de que você estava falando de eventualmente um dos familiares ter como deixar a pessoa...

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - É um CER, não é?

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Desculpe-me?



A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - É um CER, não é, Centro Especializado em Reabilitação?

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Não, esse é específico da área de saúde. Esse em que a gente está começando a trabalhar, e ainda acho que deveria passar por uma avaliação, chama Centro-Dia. O plano é construir 27; há alguns já funcionando; por exemplo, em São Luís já começou a funcionar. Quase todos eles estão terminando a construção. Não é da área de saúde nem de reabilitação. A ideia é haver um espaço onde a pessoa possa passar o dia. Quer dizer, ela não passa por um processo de institucionalização: o familiar pode sair para trabalhar, a pessoa passa o dia lá, depois volta para casa, dorme em casa, mas ela passa o dia não só tendo um espaço de convivência, como tendo um espaço de cuidados. É também um equipamento novo.

Em a senhora podendo ter acesso às informações, eu até gostaria de ter sua opinião, porque ele realmente é um piloto dentro do Plano Viver sem Limite. Poucos começaram a funcionar, e eu acho que a gente deveria avaliar se é um equipamento que deve ser ampliado ou não, se não é adequado. Eu acho que é uma coisa ainda muito nova, em construção, dentro do Plano Viver sem Limite, não do Plano Brasil Sem Miséria. Chama-se Centro-Dia.

A SRA. DEPUTADA MARA GABRILLI - Estou vendo aqui. Eu vou lá visitar.

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Por favor. Também começaram a funcionar recentemente. Está longe ainda do que a gente gostaria, mas eu realmente gostaria da sua avaliação, que trata diretamente desse assunto.

Respondendo agora ao Deputado Mandetta, de fato, o Bolsa Família cresceu por um período não porque tenha crescido o número de pessoas pobres no País, mas porque a maioria delas continuava fora do Bolsa Família. Então, tinha um número grande de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, sem cobertura nenhuma. Quer dizer, ele não tinha sido universalizado. A nossa avaliação é que nós não vamos subir acima desse patamar de 14 milhões, tanto é que, em relação a esse número que V.Exa. tinha do ano passado, neste ano, se V.Exa. observar, ele já caiu. Isso não quer dizer que ele vá cair. Mas vai ficar estabilizado em torno de 13,8 milhões a 14 milhões de famílias, até porque esse número varia bastante, dependendo do mês. Por exemplo, em janeiro e fevereiro deste ano,



tivemos um desligamento grande do número de famílias por conta de averiguação cadastral. Agora, no final do ano, nós vamos ter uma queda maior por conta do período de revisão cadastral que está acontecendo. Muita gente acaba se desligando, e tem sempre uma entrada e uma saída do Programa que acontece diariamente.

Nossa avaliação é a de que esse patamar não deve continuar crescendo. Nós estamos numa situação já estabilizada. Para também contribuir com o debate, 1,7 milhão de famílias se desligaram voluntariamente do Programa ao longo desse período. Foram lá e disseram: *“Nós não queremos mais ficar no Programa”*. Além delas, mais de 1 milhão de pessoas saíram do Programa, foram desligadas, por não terem comparecido na revisão cadastral e nunca voltaram para solicitar o retorno, o reingresso. Na nossa avaliação, essas pessoas também não precisavam mais do Programa, esperaram o prazo terminar e acabaram saindo dele também porque tinham melhorado de vida, porque, certamente, se precisassem elas poderiam ter recorrido ao setor público, se tivessem continuado na situação de pobreza, de extrema pobreza. Esse 1 milhão de famílias saíram e nunca mais retornaram. Outras acabaram saindo e depois voltaram. Mas esses 2,7 milhões são de pessoas que se desligaram do Programa voluntariamente ou porque não fizeram a atualização cadastral. Isso acontece de forma permanente no nosso dia a dia.

Nós estamos com um trabalho grande. Depois, nós entregaremos para todos os senhores esse material. É um material que tem somente parte das ações que a gente vem realizando no Brasil Sem Miséria, que complementam muito do que vinha sendo feito dentro das ações do Bolsa Família anteriormente, mas com uma estratégia clara de inclusão produtiva.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Ministra, tem o número das famílias ou das pessoas participantes do Programa que participaram do PRONATEC global?

A SRA. MINISTRA TEREZA CAMPELLO - Temos. Do Cadastro Único são 1,5 milhão de pessoas. Era disso que eu tratar agora. Por exemplo, no caso, alguns dos números estão aqui, afora outros. Por exemplo, aqui não estão vários dos números com os quais a gente vem trabalhando, relacionados a cooperativas de economia popular e solidária e um conjunto de outras ações. No caso do PRONATEC, 1,5 milhão pessoas. Quer dizer, V.Exa. imagina que são chefes de



família, independentemente de serem homens ou mulheres, que participaram do Programa, numa estratégia de melhorar de vida, até porque nós estamos num grande nível de carência de mão de obra no Brasil, e dando-se oportunidade para que essas pessoas tenham acesso a curso de qualificação profissional é bom para o Brasil todo. Não só bom para quem é pobre e pode melhorar de vida, mas bom também porque o Brasil tem vivido gargalos por falta de mão de obra em várias áreas: construção civil, na própria área de serviços, falta garçom, falta cozinheiro treinado, cuidador de idoso, cuidador de criança, cuidador de pessoas com deficiência. Nós estamos treinando no Brasil também pessoas de baixa renda em várias áreas. São mais de 600 tipos de cursos que nós começamos a criar no Brasil, em parceria com o Sistema S, e vêm evoluindo muito, inclusive tem ampliado o número de Municípios que têm participado. Afora isso, nós estamos ofertando um crédito diferenciado que tem sido bastante procurado por empreendedores do Bolsa Família. Então, nós temos milhões de operações. Esse dado também está aqui disponível para os senhores, do Cadastro Único ou do próprio Bolsa Família, que são empreendedores não formalizados que têm acesso ao Programa Crescer, com taxas de juros reduzidas e acesso a um conjunto de oportunidades, afora os que se formalizaram como microempreendedores, afora toda a nossa estratégia rural. Então, vem sendo procurado, a exemplo do que o senhor relatou, se fazer um esforço grande para que essas famílias melhorem.

Agora, é importante sempre ter em mente o seguinte: em geral, essas pessoas são trabalhadores. Essa ideia de que as pessoas estão no Bolsa Família porque não trabalham não é uma ideia que tenha aderência na realidade. Nenhuma das pesquisas feita por pesquisadores independentes, ao longo desses 12 anos de Bolsa Família, comprovou que exista relação entre abandono do emprego ou de interesse em trabalhar e o Bolsa Família. Ao contrário, 75% dos adultos beneficiados trabalham. Por que são pobres? Não é porque não trabalham, mas porque não tiveram oportunidade ao longo de sua de vida, ou porque não puderam estudar, ou porque não se alimentaram bem, então, sequer tiveram capacidade para ocupar outras funções ou capacidade de aprender. Então, existe um esforço grande da nossa parte.



Essa sugestão que o senhor deu vem acontecendo, ela realmente nos ocorreu. Nós estamos com um trabalho grande de cotas para as empreiteiras. Nós estamos com um trabalho grande que não é de cota, mas que vinha já sendo feito com parte das grandes obras que vem sendo realizadas no Brasil. Dentro da própria obra, temos capacitado, via PRONATEC, para que o Cadastro Único seja usado como fonte para que essas pessoas sejam contratadas. Isso aconteceu nas duas obras do Rio Madeiro, isso vem acontecendo na Transnordestina, em várias obras, exatamente como o senhor estava colocando, não como cota obrigatória.

Nós temos feito uma discussão com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, fazendo o que estamos chamando de qualificação das vagas, ou seja, estamos tentando olhar, junto com o MDIC e o BNDES, que obras acontecerão daqui a um tempo. Para quê? Para ofertar cursos adequados à fase que essas obras estarão acontecendo. Então, se a primeira fase é a obra de construção civil, é preciso qualificar gente para terraplanagem, usando o Cadastro Único. Se no momento posterior, for uma indústria têxtil, por exemplo, precisa-se não mais de gente da construção civil, mas de costureira. Então, é preciso ir se antecipando para garantir qualificação profissional.

Esse trabalho é muito mais refinado e já vem acontecendo. Nós estamos com quase 500 mil vagas qualificadas. Ou seja, já vimos o que vai acontecer num período. Estamos tentando nos antecipar junto com o Sistema S para treinar inclusive professor, a fim de garantir que essas vagas possam ser ofertadas dentro do perfil. A pior coisa que nós podemos fazer é, ao precisar de pedreiro, treinar garçom. Quer dizer, é preciso garantir que esse encontro entre o mapa de oportunidades e o mapa da pobreza possa acontecer. Esse é um trabalho bem mais difícil, mas nós estamos tentando trabalhar exatamente nisso.

Agora, o que eu acho que é a grande porta de construção da saída da pobreza é a garantia da quebra do ciclo geracional, que é o que estamos fazendo. O Brasil não será o mesmo, porque nossas crianças estão na escola e não vão repetir a mesma trajetória dos seus pais, por não terem se alimentado mal e por estarem na escola. Nós temos hoje a primeira geração de crianças que está na escola e não passou fome. Eu acho que essa é a grande certeza de que a gente tem um outro País pela frente.



Queria agradecer ao Deputado a paciência e a oportunidade de estar aqui falando com os senhores. Queria agradecer tanto o Deputado Augusto Coutinho quanto o Deputado Amauri Teixeira e todos os senhores.

Faço uma sugestão a esta Casa. Além desta agenda toda da pobreza, que é uma coisa que nos tem afetado muito ultimamente e na qual eu sei que os senhores estão envolvidos e que têm nos apoiado muito, pois não houve nenhum programa, nenhum projeto do MDS que não tenha passado por esta Casa com o apoio geral de todos os senhores, nós estamos agora também numa luta grande contra o preconceito contra os pobres. Eu queria pedir também o apoio dos senhores para que, além de superar a pobreza, superemos o preconceito contra os pobres.

Muito obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Queria agradecer a presença à Ministra Tereza Campello e a todos os companheiros Deputados que não são da Comissão e aqui vieram na manhã de hoje. Muito obrigado, Ministra.

Nós vamos encerrar a audiência pública e já imediatamente começar a reunião deliberativa ordinária da Comissão.

Muito obrigado, Ministra.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária deliberativa.

Votação das atas das reuniões anteriores.

Indago aos presentes sobre a necessidade da leitura das Atas da 28ª e 29ª, feitas nos dias 19 e 25 de novembro de 2014.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Sr. Presidente, eu peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Dispensada a leitura das atas a pedido do Deputado Antonio Balhmann.

Em discussão as atas.

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

Aqueles Deputados que são pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Informo aos senhores membros o recebimento dos seguintes documentos:



1 - Convite do Ministério da Integração Nacional para a solenidade de abertura das comemorações dos 25 anos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. A solenidade será realizada no dia 27 de novembro, às 10 horas, no Auditório Rômulo de Almeida, no Edifício Celso Furtado, aqui em Brasília.

2 - Exemplar do relatório executivo de resultados do primeiro ano da gestão do Sr. Rodrigo Janot, como Procurador-Geral da República.

Existem sobre a mesa 4 pedidos de inversão de pauta: o item 8, a pedido dos Deputados Ronaldo Zulke e Laercio Oliveira; o item 21, a pedido do Deputado Laercio Oliveira; o item 23, a pedido do Deputado Laercio Oliveira; e o item 10, a pedido do Deputado Laercio Oliveira.

Em discussão a inversão de pauta.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Item 8.

Projeto de Lei nº 4.961, do Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que “*altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996*”. (Apensado: PL 654/2007”.

Explicação da ementa: estabelece que as substâncias ou materiais extraídos de seres vivos naturais e materiais biológicos serão considerados invenção ou modelo de utilidade, podendo ser patenteados.

Relator: Deputado Laercio Oliveira.

Parecer: pela aprovação do principal, na forma do Substitutivo nº 2 da CMADS, e pela rejeição do PL 654/2007, apensado.

Por terem sido disponibilizadas as cópias digitais do parecer do Relator, indago se posso dispensar a leitura.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Sr. Presidente, eu vou solicitar vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Justifico. Nós realizamos uma audiência pública muito densa, com contribuições importantíssimas de especialistas que aqui estiveram, e eu assumi o compromisso com todos os presentes de que



elaboraria um voto em separado para submeter à discussão desta Comissão. Eu preciso de um pouco de tempo para elaborar esse voto. Portanto, estou pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Perfeito. Eu inclusive participei da audiência pública. Pelo que entendi, o projeto inicial era bem interessante, e o apensado não.

Como é uma prerrogativa de V.Exa., cabe-lhe pedir vista. Então, está concedida.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Com a palavra o Deputado Laercio.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - É regimental o colega pedir vista, e V.Exa. já concedeu, mas a audiência pública não trouxe exatamente à tona qual é a realidade deste tema.

Mas eu quero, desde já, meu colega, colocar-me à sua disposição para contribuir, na condição de Relator, inclusive enaltecendo a realidade de hoje e mostrando como funciona esse assunto. Então, eu fico à inteira disposição naquilo que eu puder contribuir.

Só gostaria, Presidente — não sei se o prazo é regimental —, de que este assunto voltasse à pauta na próxima reunião para já passarmos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Voltará na próxima semana.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Laercio, tem duas sessões para o projeto voltar à pauta. Então, ela não voltaria na próxima semana, mas na outra.

Item 21. Projeto de Lei nº 2.513, do Deputado Ronaldo Nogueira, que “*dispõe sobre o Programa Nacional de Renovação da Frota de Veículos Automotores*”. (Apensados: PLs nºs 5.085 e 6.377). O Relator é o Deputado Laercio Oliveira, e o parecer é pela rejeição do principal e dos apensados.

Por terem sido disponibilizadas as cópias digitais, dispenso a leitura do relatório.



Com a palavra o Relator, para proferir a conclusão do seu voto.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, a proposição pretende instituir uma política nacional de renovação de frotas de veículos automotores. Ocorre que, apesar de meritória, tal imposição se mostra violada nos princípios basilares de manutenção da ordem econômica e social. Ademais, a contrapartida de participação do Poder Executivo a ser instituída via orçamento, mesmo que relevante, não determinará que o proprietário tenha condições de aquisição do novo veículo. O mais correto é manter a legislação vigente, que proíbe a circulação de veículos em péssimo estado de conservação, e aumentar a quantidade de agentes públicos fiscalizando e recolhendo-os ao depósito.

A proposta de reforma da frota se mostra um tanto generalista, criando um contexto de insegurança jurídica, uma vez que não há previsão de como efetivar o disposto, em especial sobre as obrigações impostas ao poder público de oferecer linha de crédito específica e fiscalizar as operações de oferta e troca de veículos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 23. Projeto de Lei nº 4.300, de 2012, do Deputado Assis Melo, que *“dispõe sobre a atuação de nutricionista nos estabelecimentos que forneçam alimentação pronta para consumo humano, e dá outras providências”*. O Relator é o Deputado Laercio Oliveira, e o parecer é pela rejeição. E, por terem sido disponibilizadas as cópias digitais, dispense a leitura do parecer.

Com a palavra o nobre Relator, para ler a conclusão do voto.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Apesar de entender os fundamentos, Sr. Presidente, que objetivaram o autor da matéria, destacamos que, no exercício de competência normativa da ANVISA, houve por bem, de forma fundamentada em critérios técnicos específicos, editar a Resolução nº 360, aprovando o regulamento sobre a rotulagem nutricional de alimentos e bebidas.

Como se vê, a proposta legislativa revela-se desproporcional e irrazoável, incorrendo em inconstitucionalidade de ordem material ao estabelecer uma



despropositada reserva de mercado para os nutricionistas, ausente qualquer amparo técnico que justificasse a sua implementação.

Aluda-se que, mesmo na indústria onde as empresas exercem atividades mais complexas e padronizadas, não há a indicação de um profissional específico, podendo essa atividade ser exercida, por exemplo, por médicos nutrólogos e engenheiros alimentares.

Por seu turno, a Resolução RDC nº 360, da ANVISA, que aprovou o regulamento sobre a rotulagem nutricional de alimentos e bebidas, estabeleceu em seu item que as suas disposições não se aplicam “aos alimentos preparados e embalados em restaurantes e estabelecimentos comerciais prontos para o consumo”. Ou seja, já existe uma resolução nesse sentido.

Por esse motivo, Sr. Presidente, o meu parecer é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Existe sobre a mesa ainda um requerimento do Deputado Ronaldo Zulke, que requer a retirada de pauta do item 10.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a retirada de pauta.

Só cabe mais uma retirada de pauta desta matéria.

Inversão de pauta.

Há sobre a mesa pedido do Deputado Renato Molling. Os itens 11 e 3.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 11. Projeto de Lei nº 7.750/10, do Senado Federal, do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 8.934, de 1984, e a Lei nº 10.486, de 2002 (Código Civil),



para atualizar a terminologia referente ao Registro Público de Empresas e Atividades Afins". (Apensados: PL nº 3.492 e PL nº 4.646, todos de 2012).

O Relator é o Deputado Renato Molling.

O parecer é pela aprovação do principal e do PL nº 3.492, apensado, da Emenda nº 3 ao Substitutivo nº 1 dessa CDEIC, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1/2010 e 2/2011 e das Emendas nºs 1, 2 e 4 ao Substitutivo nº 1 e do PL nº 4.646, apensado.

O pedido de vista já foi concedido ao Deputado Guilherme Campos, em 29 de outubro, mas S.Exa. não apresentou manifestação até o momento.

Por terem sido disponibilizadas as cópias digitalizadas, vamos dispensar a leitura do relatório e pedir ao nobre Relator que faça a conclusão do seu voto.

Com a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Esse projeto já veio do Senado Federal. O voto já foi disponibilizado, acredito, por ser bastante extenso, e talvez não seja necessário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Não, só a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Isso.

Então, em síntese, ele atualiza a nomenclatura para o registro de empresa, torna mais transparente e dá mais segurança também a todo aquele que faz o registro de sua empresa. Nesse sentido, nós pedimos a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Deputado Renato Molling.

Item 3. Requerimento nº 202, do Deputado Renato Molling, que *"requer a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para discutir a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica, com a presença do Ministro de Minas e Energia, dos Presidentes da CCEE, da ABRACEEL, da ANEEL, da ANACE, da OPINE, da APINE e de representantes do IDEC"*.



Com a palavra o nobre Relator, o Deputado Renato Molling, para encaminhar seu requerimento.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Sr. Presidente, esse assunto é de extrema importância, porque diz respeito diretamente à competitividade hoje das indústrias, sejam pequenas, médias, sejam grandes, pois precisamos de garantia e segurança. E a questão da ampliação do Mercado Livre de Energia é fundamental para que haja mais concorrência e principalmente a diminuição de custo para todos. Nesse sentido, é importante este debate nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico e é fundamental para o crescimento da economia do nosso País.

Então, pedimos o apoio aos Deputados, para que nós possamos realizar ainda este ano, se possível, esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Renato Molling, ontem, inclusive, eu recebi uma Comissão da ABRACEEL em meu gabinete, que trouxe trazendo esse encaminhamento do requerimento de V.Exa., e nós já vimos as datas que temos em aberto para realizá-la. Nós teríamos a próxima terça-feira, dia 2. A gente está com audiências públicas marcadas sempre às terças e quintas-feiras, para tentar fazer tudo o que está pendente na Comissão.

Então, V.Exa. concorda com essa data?

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Pode ser, sim, se a Comissão entender que vai conseguir fazer o convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - A gente tem plenário e tem data.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Pode ser, pode ser no dia 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Então, pronto. Eu estava só esperando que fosse aprovado o requerimento. A gente vai expedir, ainda agora à tarde, todos os convites, para que possamos realizar a audiência, porque se trata de uma matéria oportuna a ser discutida nesta Casa. E parabeno V.Exa. por isso.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Seguindo a pauta:

Item 1. Requerimento nº 199, do Deputado Mendonça Filho, que *“requer seja convidado o Sr. Sergei Suarez Dillon Soares, Presidente do Instituto de Pesquisa Aplicada — IPEA, a fim de prestar esclarecimentos sobre o aumento no número de miseráveis no Brasil”*.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Gostaria de subscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Certo. Não vai ser retirado mesmo depois da vinda da Ministra, Deputado Mandetta?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu acho que não, Sr. Presidente, porque a Ministra citou várias vezes a decisão do IPEA. S.Exa. disse que se antecipou, que entrou em contato para saber, mas que não seria a porta-voz do IPEA. Então, acho que procede o convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 201, do Deputado Mendonça Filho, que *“solicita a convocação do Sr. Marcelo Côrtes”* — eu vou sugerir, de imediato, que façamos um convite, como é de praxe desta Comissão —, *“Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a fim de prestar esclarecimentos sobre o aumento do número de miseráveis no Brasil”*.

Deputado Mandetta, V.Exa. vai subscrever o requerimento ou ele vai ser retirado de pauta? É o item 2 da pauta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu vou subscrevê-lo, Sr. Presidente, como convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como convite.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há ainda sobre a mesa inversão de pauta, a pedido do Deputado Laercio Oliveira, dos itens 7, 25 e 28.



Em discussão a inversão de pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há ainda sobre a mesa um requerimento de retirada de pauta do Deputado Antonio Balhmann, que solicita seja retirado o item 7 da pauta. E cabe retirada de pauta, sim.

Então, coloco em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a retirada de pauta do item 7.

Item 25, seguindo a inversão. Projeto de Lei nº 5.587, do Deputado Carlos Bezerra, que “*acrescenta § 3º ao art. 81 da Lei nº 11.101, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de disciplinar a extensão da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida*”.

O Relator é o nobre Deputado Guilherme Campos, e o parecer é pela aprovação, com substitutivo.

Por terem sido disponibilizadas as cópias digitais, vamos dispensar a leitura do parecer e pedir ao nobre Deputado Relator que faça a conclusão do seu voto.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, é um projeto que vem com o objetivo de esclarecer uma falta que há em nosso arcabouço legal, dando uma visão melhor do que é controlada e do que é coligada, e vem a contribuir com o sistema jurídico nacional.

Então, nós votamos pela aprovação, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 28 da pauta, do Deputado Carlos Bezerra, que “*acrescenta § 3º...*”

O Deputado Edson Pimenta não está presente, e cabem duas retiradas de pauta. Eu vou retirar, ficando só duas retiradas de pauta.



O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento do Deputado Renato Molling.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Já foi aprovado. A gente o subscreve. É um prazer ter V.Exa. aqui, um Deputado bastante atuante na Comissão.

Então, foi retirado de pauta. Cabem ainda duas retiradas ao item 28.

Há ainda sobre a mesa requerimento do Deputado Marco Tebaldi, que solicita a retirada de pauta do item 4. Cabe ainda retirada de pauta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Só cabe mais uma retirada de pauta.

Inclusive, Sras. e Ss. Deputados, para a próxima legislatura, eu gostaria de fazer uma sugestão, porque eu acho que o número de retiradas de pauta é muito, muito grande, mais pedido vista, e o Relator às vezes não está presente. Assim é difícil a gente fazer com que as coisas sejam votadas. Apesar de que a gente está com a pauta da Comissão bem enxuta, eu gostaria de dar essa sugestão, que precisa ser avaliada por esta Comissão.

Item 5, Projeto de Lei Complementar nº 103, do Deputado João Rodrigues, que *“institui o Estatuto da Microempresa Rural e da Empresa Rural de Pequeno Porte”*. O Relator é o nobre Deputado Antonio Balhmann, e o parecer é pela rejeição. Por terem sido disponibilizadas as cópias, vamos dispensar a leitura do relatório.

Com a palavra o Deputado Antonio Balhmann, para fazer a conclusão do seu voto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Sr. Presidente, companheiros, encontra-se aí uma retirada de pauta desse projeto, que é um projeto que fizemos por interesse em atender a uma solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado, a retirada de pauta é do item 6.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Então, eles erraram o número.



O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Sr. Presidente, eu pedi a retirada do item 6.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Também, mas tem um pedido do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Bom, como cabe a retirada, eu vou retirar de pauta, a pedido, ficando duas retiradas.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - O.k. Mas eu queria fazer uma observação, em atenção ao nosso companheiro João Rodrigues, sobre essa questão do Estatuto da Microempresa Rural e da Empresa Rural de Pequeno Porte. Nós já promovemos uma reunião entre os assessores da CNA e o Deputado João Rodrigues, a fim de esclarecer a S.Exa. determinadas questões relacionadas a esse PL.

Então, a gente vai retirá-lo de pauta, na certeza, Sr. Presidente, de que, com uma semana, a gente realiza outra reunião em que vamos envolver as pessoas e as entidades que têm experiência e que possam esclarecer ainda algumas questões relacionadas à proposta do companheiro João Rodrigues.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Ainda há sobre a mesa os pedidos de retirada de pauta do item 6, feitos pelos Deputados Antonio Balhmann e Renato Molling, do item 6.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, quero só fazer um esclarecimento. Parece que houve uma mudança de pauta da que foi divulgada ontem e a de hoje. Quero só uma confirmação do Deputado Antonio Balhmann. Quero saber se o item 7, que S.Exa. pediu fosse retirado de pauta, é efetivamente o Projeto de Lei nº 5.092, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Não, ele pediu a retirada de pauta do item 6.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Do item 7 também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Ah, o item 7 também.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Quero só confirmar se S.Exa. confirma também a retirada do item 7. Confirma? *(Pausa.)* Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão a retirada de pauta do item 6, dos Deputados Antonio Balhmann e Renato Molling. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Cabem ainda duas retiradas de pauta.

Item 9. Projeto de Lei nº 3.620/12, do Deputado João Pizzolatti, que *“proíbe o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade em Municípios atingidos por desastres naturais, nos quais for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal”*.

O Deputado Marco Tebaldi não está presente. Eu vou retirá-lo de pauta, porque ainda cabem duas retiradas de pauta.

Sobre a mesa pedido de retirada de pauta, feito pelo Deputado Laercio Oliveira, do item 12.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aprovado.

Quero dizer que não cabe mais retirada de pauta desta matéria, e ela será votada na próxima semana.

Eu queria fazer um comunicado aos Srs. Deputados. A gente tem tido algumas dificuldades de retorno de pareceres dos Deputados que estão com outras missões e não estão trazendo o retorno.

Eu tenho buscado conversar com os Deputados e feito a designação de novos Relatores, para que a gente tenha novos relatórios. Eu já falei com vários Deputados aqui presentes e pedi ajuda no sentido de que possam relatar essas matérias, para que a gente tente minimizar a nossa pauta.

O item 3 é o Projeto de Lei nº 4.673, do Deputado Eliene Lima, que dispõe sobre a previsão para que os produtos primários e semielaborados destinados à exportação sejam tributados progressivamente.

O Relator é o Deputado Guilherme Campos e seu parecer é pela aprovação.

Por terem sido disponibilizadas as cópias digitais, dispensamos a leitura e passamos a palavra ao nobre Relator, para que S.Exa. faça a conclusão do seu voto.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, esse é um projeto muito sensível, que visa taxar a exportação de produtos primários, de iniciativa do Deputado Eliene Lima.

Existe uma grande controvérsia no setor do agronegócio entre os produtores e aqueles que agregam valor aos produtos. A grande tese do Deputado Eliene Lima é que, através dessa taxa, haja um incentivo para agregamento de valor às matérias-primas produzidas aqui no Brasil.

É um projeto que, na nossa ótica, merece ser aprovado, mas existem grandes polêmicas a respeito da sua pertinência de se estar agregando mais um custo, de se estar criando um novo imposto em cima da atividade produtiva.

Então, muito mais por deferência ao Deputado Eliene Lima do que por convicção própria, eu, por convicção, sou contra a taxa e o aumento de impostos, mas, em deferência ao Deputado Eliene Lima, nós votamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Com a palavra o Deputado Antonio Balhmann.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Presidente, eu queria fazer algumas observações sobre esse projeto de lei. Na verdade, ele fala em produto primário, mas existe aí uma gama de características, e objetivo que fez Deputado apresentar a proposição não é atingido.

Eu vou dar um exemplo prático disso: se você taxa, por exemplo, o couro verde ou o *wet blue* — estou pegando aqui um exemplo da cadeia produtiva do calçado e do couro —, você certamente vai estimular que o *wet blue*... O *wet blue* é, digamos, o segundo estágio depois do couro verde. O couro verde é o que o frigorífico produz, o *wet blue* é o curtume. Na primeira fase se faz o *wet blue*. Esse *wet blue* é a matéria-prima para o couro acabado.

Muito bem. Então, quando esse PL adiciona ao custo do *wet blue* exportado — o Brasil já foi um grande exportador de *wet blue* —, ele obviamente estimula que esse *wet blue* fique na cadeia produtiva do calçado e do couro brasileiro, gerando emprego, aumentando as exportações e tudo o mais.

Ocorre que há determinados produtos primários, como, por exemplo, a fruta. A fruta para a exportação — e o Nordeste inteiro, Pernambuco, Bahia, Ceará, etc.



são os maiores exportadores de frutas do País — é um produto primário, mas, na verdade, ela pode ser desenvolvida para suco, para outros tipos, em uma cadeia produtiva ampla, mas, na verdade, aquele produto para exportação vai direto para a gôndola do supermercado, para ser adquirido pelo consumidor.

Então, na verdade, ele é um produto final, apesar de ser um produto primário, sem ser exportado. Assim como uma fração desse produto que não é *top* para exportação, não tem as características mínimas exigidas pelo BRICS, não tem as características impostas pelo mercado internacional. Essa fração é que vai para a indústria. Portanto, ele aí penalizaria. O projeto de lei não faz essas diferenças.

Eu creio que, se couber ainda, eu pediria vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Cabe, sim.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Então, eu peço vista, a fim de analisar esses outros detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu sei que, a partir do momento do pedido de vista, praticamente se encerra a discussão.

Nobre Deputado Balhmann, eu acho que o projeto já é autoexplicativo, as ponderações feitas por V.Exa. são, todas elas, óbvias e pertinentes.

Existe uma cultura sobre os produtos agrícolas, como se isso fosse primário ou como se isso tivesse menor valor do ponto de vista de um país que teria que ser industrial. Então, é lógico que temos. Esse produto é o nosso melhor produto, é aquilo que está sustentando este País. Então, entrar nessa cadeia produtiva sensível, que é a única que está gerando emprego, é a única que está dando sustentabilidade à balança...

O produto. Uma manga vai ser sempre uma manga. Ela sempre vai chegar lá pronta para consumo, para aqueles que a entendem como um produto extremamente complexo de ser produzido. É muito o que se passa de indústria antes de se colher essa manga: fertilizante, defensivo agrícola, mecanização, mão de obra, poda, pesquisa científica, EMBRAPA. Enfim, toda uma cadeia está por trás.

Portanto, em que pese o pedido de vista de V.Exa., eu queria manifestar o meu voto contrário à aprovação desse projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Laercio, V.Exa. é o próximo...

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Eu queria, na oportunidade, retirar o pedido de vista e submeter a matéria, então, à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Pois, não. Está retirado. Com a palavra o Deputado Laercio Oliveira.

O SR. DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA - Eu queria me somar às palavras do meu colega Mandetta e dizer a S.Exa. que, além de tudo isso, nós temos ainda questões como a OMC e ainda, Sr. Presidente, a questão da tributação.

Falar em tributação no País nos tempos de hoje, no momento em que nós estamos vivendo, é um assunto muito grave. Então, a gente precisa trabalhar o inverso de todo esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Com a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - Sr. Presidente, eu acho que esse projeto é muito ruim. Nós não podemos votar aumento de impostos. Para nós colocarmos valor agregado nos produtos, depende de uma política industrial do Governo...

(Não identificado) - Não é por lei.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING - ...e não imposto, porque nós vamos fazer com que haja mais transformação aqui no País.

Como já foi mencionado, existe uma taxação hoje de 9% em cima do couro *wet blue*. Mesmo assim, ele está caríssimo e não impediu, não trouxe melhorias para o setor. Então, criar mais essa carga para esses produtos primários, com certeza, é muito ruim.

Eu acredito que a Comissão tem o compromisso de não elevar a carga tributária, que já é altíssima. Todo o nosso discurso nestes anos sempre foi o de baixar impostos. Por isso, eu acho que nós temos que votar pela rejeição desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Com a palavra o Deputado Antonio Balhmann.



O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Presidente, toda a argumentação em torno do propósito do companheiro a respeito desse projeto de lei, certamente, não leva o País a estimular a sua indústria nem a agregar valor. Na verdade, é o que a gente considera, o que a gente diz comumente: *“Isso é um tiro no pé”*.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar da Fruticultura, que é uma frente parlamentar que veicula legitimamente o interesse e a visão de um setor brasileiro que precisa ser ainda muito estimulado, a exportação da fruta brasileira. Por certo esse é um projeto de lei que vem frontalmente contra esse interesse e contra a geração de emprego no meio rural do Nordeste brasileiro, além de outras cadeias produtivas que seriam fortemente penalizadas por força desse projeto, se ele prosperar.

O Ceará, hoje, é possivelmente o maior exportador de couro acabado do País. O maior curtume do mundo hoje está exatamente no Ceará. Imaginem se vamos adicionar um custo a todo *wet blue*! Nós levamos para o Estado *wet blue*, que tem uma parte feita no Ceará e a maior parte feita fora do Ceará. Imaginem que prejuízo vai trazer à atividade couro-calçadista do nosso Estado se se taxar esse *wet blue* nessa cadeia produtiva!

Portanto, quero manifestar o meu voto contrário ao PL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Vou colocar em votação o relatório do Deputado Guilherme Campos. Se for rejeitado, vou designar outro Relator, para que votemos o relatório de rejeição.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Deputado Guilherme Campos.

O parecer é favorável. O parecer tem de ser derrotado para daí eu designar um novo Relator e aprovar o parecer, com rejeição do novo Relator.

Aqueles que concordam com o parecer permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Rejeitado.

Fica designado o Deputado Mandetta como Relator vencedor.

(Não identificado) - Inclusive, S.Exa. pode relatar agora. Não é, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Eu tenho de rejeitar o parecer, como foi feito.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu posso emitir o parecer verbalmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Pode, é claro. V.Exa. já se pronunciou.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sendo contrário ao aumento de tributação para produtos agrícolas primários, voto pela rejeição do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Sr. Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Quero agradecer a todos os Deputados aqui presentes que votaram pela rejeição do meu parecer, porque eu estava me sentindo a própria Cristina Kirchner. *(Risos.)*

(Não identificado) - Esse parecer não se parece com V.Exa. em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Essa foi boa. Depois de ouvirmos aqui que manga é manga, V.Exa. tem uma saída ótima. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Manga é manga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Aprovado, então, o parecer vencedor, contra o voto do Deputado Guilherme Campos.

Há ainda sobre a mesa — estamos finalizando a pauta — um pedido do Deputado Mandetta para a retirada de pauta do item 14.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não cabe mais retirada de pauta desta matéria.

Vejam bem: nós temos aqui um projeto em que não cabe mais retirada de pauta. É do Deputado Mendes Thame. Eu vou designar um novo Relator para essa matéria.



(Não identificado) - Qual é o item mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - É o item 15.

O Deputado Jânio Natal não está presente, não tem estado presente. *(Pausa prolongada.)*

Bom, eu tenho uma informação diferente: o Deputado Jânio Natal fez uma cirurgia, não está podendo falar e nos fez um pedido. Eu vou retirar a matéria de ofício, para que na próxima semana nós a votemos. Se ele estiver presente, nós a votaremos. Se não, designarei novo Relator.

O item 16 foi retirado de pauta a pedido do Deputado Laercio Oliveira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Essa matéria vai ser retirada de pauta, e não cabe mais retirada de pauta.

Item 17: Projeto de Lei 3.122, de 2012, do Deputado Onofre Santo Agostini, que *“proíbe a fabricação, a importação, a distribuição e a comercialização de fraldas descartáveis que contenham em sua composição substância ou matéria não biodegradável”*.

O Relator é o Deputado Fernando Torres, que não está presente. Cabe ao Deputado uma retirada de pauta, e eu vou fazê-lo para a próxima reunião.

Item 18. Há um pedido de retirada de pauta do Deputado Antonio Balhmann. Caberiam ainda a S.Exa. duas retiradas de pauta. Restará, então, uma retirada de pauta de matéria.

Item 19: Projeto de Lei nº 7.139, de 2014, do Deputado Mauro Lopes.

O Deputado Osmar Terra não está presente. Como caberia a ele retirar de pauta, vou fazê-lo e ainda restará a ele uma retirada de pauta.

Item 20: Proposta de Fiscalização e Controle nº 184, de 2014, do Deputado Mendonça Filho, que *“propõe que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio — CDEIC, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize e avalie as contas e operações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS”*. O Relator é o Deputado Guilherme Campos. O parecer prévio é pela implementação.

Por terem sido disponibilizadas as cópias, está dispensada a leitura do relatório.



Com a palavra o nobre Deputado Guilherme Campos para fazer uma conclusão do seu relatório.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - O item 20, Sr. Presidente, é uma proposta de fiscalização e controle de autoria do Deputado Mendonça Filho para fiscalizar, para saber como anda o nosso grande Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Nós agregamos a essa proposta a necessidade de se ver o que está sendo feito com o recurso da multa de 10%, que hoje é cobrada, mas não é devidamente alocada no Fundo de Garantia. Agregando isso à proposta, nós votamos pela aprovação dessa proposta de fiscalização e controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 22: Projeto de Lei nº 3.942, de 2012, da Deputada Jandira Feghali e outros, que *“dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976”*.

Explicação da ementa: revisa a definição de medicamento de referência compreendendo medicamento novo e medicamento inovador.

Relator: Deputado Mandetta.

Parecer: pela aprovação.

Por terem sido disponibilizadas cópias digitais, está dispensada a leitura do relatório.

Com a palavra o Relator para resumir o seu voto.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Basicamente, Sr. Presidente, é uma discussão, que nós inclusive já tivemos aqui no âmbito desta Comissão, sobre o que é inovação, segundo o uso, no caso das medicações.

A capacidade, nesse setor, é definida por investimentos no complexo e caro processo de pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos. Quero lembrar que o País não fabrica substâncias primárias. Nós fazemos a grande parte da nossa pesquisa no segundo uso.



Quando nós entramos com a Lei de Propriedade Intelectual, em 1996, não se reconheciam no País as patentes de fármacos. Nós ficamos um período muito longo sem nenhuma legislação vigente sobre patentes. Não se concediam aos desenvolvedores de produtos novos ou inovadores o monopólio temporário no mercado nacional.

Com isso, ficamos com a nossa pesquisa extremamente estrangulada durante esses anos todos e temos uma balança comercial extremamente negativa em relação a medicamentos. Depois, abriu-se o caminho para que as patentes pudessem voltar a ser requeridas.

Hoje, há o Programa Ciência Sem Fronteiras, que está procurando aumentar o número de patentes nacionais. E essa matéria sob análise contribui para remover entraves à expansão da capacidade de inovação da indústria farmacêutica brasileira, motivo pelo qual nos posicionamos favoravelmente à presente proposta.

Cabe, no entanto, registrar engano no texto em apreciação. A cláusula de vigência, que deveria corresponder ao art. 2º da proposição em tela, aparece equivocadamente grafada como art. 4º. Estando certo, porém, de que tal ponto será objeto de atenção por parte da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.942, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Companheiros, tenham paciência! Só faltam três projetos para a gente encerrar a pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Balhmann.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN - Sr. Presidente, eu queria, nesta oportunidade, fazer um comentário a respeito da questão dos registros — isso vale tanto para fármacos como para agroquímicos. Inclusive, é da nossa autoria um projeto de indicação no sentido de criar uma agência nacional de agroquímicos. Estou falando agroquímicos, mas a ideia valeria também para a questão dos fármacos.

Hoje, no Brasil, há uma defasagem tecnológica enorme, causada pela lentidão com que o registro é provido pela ANVISA, pelo IBAMA e pelo Ministério da Agricultura, no caso dos agroquímicos. Essa lentidão faz com que, para se obter o



registro de um agroquímico ou de um fármaco, às vezes se espere de 3 anos a 10 anos.

Quando ele é concedido, outras fórmulas, outros fármacos já foram desenvolvidos, muito mais amigáveis em relação à saúde do organismo humano. Aí nós ficamos com esse lapso de tempo, provocado pela burocracia brasileira, muito especialmente pela ANVISA, na concessão desses registros.

Quando a gente colocou esse projeto de indicação, a gente conversou com a Casa Civil, com a própria ANVISA, com o Ministério da Agricultura e com a CNA, no sentido de que essa alternativa de criação de uma agência nacional de agroquímicos fosse uma agência única que proveria esses registros para os agroquímicos em especial.

Acontece que essa provocação gerou uma mobilização no Governo para que se desse mais celeridade à estrutura atual. Hoje, para se ter um agroquímico registrado, ele passa pela análise da ANVISA, do IBAMA e do Ministério da Agricultura. São três instituições. Imaginem quantos carimbos existem ao longo desse processo!

Então, nós não inventamos nada. Nós pegamos um modelo do Canadá, que consideramos mais atual, moderno e eficaz na concessão dos registros, e fizemos essa proposição.

Assim, acompanhando o voto do companheiro Mandetta, eu quero, na verdade, deixar também registrado que ocorreram avanços recentes na ANVISA, muito especialmente relacionados aos agroquímicos e aos registros dos *minor crops*, que são as hortaliças, os produtos menores, que não participam do grande *agrobusiness* brasileiro, já que toda a discussão nesta Casa e toda a preocupação do Governo nessa área, quer seja em relação às instituições privadas, quer seja em relação às públicas, sempre são voltadas para o grande *agrobusiness* brasileiro.

Acontece que nós somos um país continental, que tem um potencial enorme na área de fruticultura, por exemplo, e infelizmente no mercado internacional não só a nossa participação é inexpressiva, apesar de ter crescido ano a ano, como também a qualidade desse produto.

Eu quero só dar um exemplo para finalizar a minha fala. Hoje a gente consome aqui, por exemplo, no Brasil, uma uva produzida pelo agricultor do Chile. E



ele vende a uva dele, porque ela é bem bonitinha, a cor é uniforme, e ele tem lá registrado um agroquímico que provê para aquela fruta a uniformidade da sua coloração. O agricultor brasileiro não pode usar, porque não tem o registro. Por conta da ausência desse registro, ele perde competitividade no mercado brasileiro. Então, para V.Exas. verem a complexidade dessa questão.

Eu quero falar também, para não dizer que não falei de flores, que os avanços últimos da ANVISA, na preocupação de dar agilidade a essa interface com o setor produtivo primário brasileiro — essa postura deve alcançar a questão dos fármacos também —, tem que ser registrada para que a gente não faça só emitir a crítica de uma memória e de um processo extremamente burocratizado e penoso para o empresário do setor produtivo primário brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do nobre Deputado Mandetta.

Há ainda sobre a mesa o item 24. O Deputado Jânio Natal não está presente, cabe a ele a retirada de pauta. Nós estamos retirando mais uma vez, ficando duas vezes, e, na próxima semana, estará de volta à pauta.

Item 26: Projeto de Lei nº 6.649, de 2013, do Deputado Leonardo Gadelha, que *“determina que todos os estabelecimentos para prática de exercícios físicos possuam posto médico com materiais e profissionais habilitados para procedimentos de ressuscitação cardiopulmonar e intervenções de urgências”*.

Relator: Deputado Mandetta.

Parecer: pela rejeição.

Por terem sido disponibilizadas cópias, fica dispensada a leitura do relatório.

Com a palavra o nobre Relator, que tem total conhecimento sobre a causa, para comentar o seu voto e colocarmos em discussão.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Nós temos feito várias discussões sobre a pertinência da presença de atendimentos médicos de urgência, tanto na Comissão de Seguridade Social, que é de mérito para a saúde, como aqui, em alguns poucos projetos que impactam na atividade, aqui no caso, todos os estabelecimentos de prática esportiva.



Todas as vezes que a gente faz essa discussão, a gente cai naquela mesma constatação de que o risco é baixo quando se faz avaliação médica prévia ao início das atividades — o que já é lei e que é feito em todo o território nacional — e há um profissional de educação física que já tem noções, já tem conhecimento básico de primeiro atendimento. Não justifica colocar em todos os estabelecimentos um profissional médico para um risco calculado que é extremamente baixo em comparação com o benefício que poderia trazer.

Por esses motivos e depois de vários debates, nós concluímos pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do nobre Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - A não ser que se queiram trazer mais cubanos, Presidente. Aí pode ser. Programa mais academia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - O problema é quem vai pagar. Aí vai dar mais dinheiro para Cuba. É complicado.

Há sobre a mesa o pedido de retirada da pauta do Deputado Mandetta referente ao item 27. Cabem ainda três retiradas, ficando duas retiradas para o projeto.

Nada mais havendo a tratar, convoco os senhores membros desta Comissão para a reunião de audiência pública referente ao Requerimento nº 202, no dia 2 de dezembro, às 14h30min, neste plenário.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Boa tarde a todos!